

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária

Departamento de Economia

MURILO MIRANDA SHIMIZU

**OS EFEITOS DA POLÍTICA MONETÁRIA NAS POLÍTICAS SOCIAIS DOS
GOVERNOS LULA (2003 – 2010)**

SÃO PAULO

2025

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária

Departamento de Economia

MURILO MIRANDA SHIMIZU

**OS EFEITOS DA POLÍTICA MONETÁRIA NAS POLÍTICAS SOCIAIS DOS
GOVERNOS LULA (2003 – 2010)**

Monografia apresentada ao curso de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como requisito para obtenção do título de graduado em Economia.

Orientador Professor: Áquilas Nogueira Mendes.

SÃO PAULO

2025

Esta monografia foi examinada pelos professores abaixo relacionados e aprovada com nota final _____ (_____).

Nomes legíveis dos examinadores (orientador e demais membros da banca)

Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento, bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar o nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica.

Shimizu, Murilo Miranda
OS EFEITOS DA POLÍTICA MONETÁRIA NAS
POLÍTICAS SOCIAIS DOS GOVERNOS LULA (2003 – 2010)
/ Murilo Miranda Shimizu – São Paulo, 2025.
(52 páginas)

Orientador: Prof. Dr. Áquilas Nogueira Mendes

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências
Econômicas) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
São Paulo, 2025.

Palavras-chave

Economia brasileira, política monetária, políticas sociais,
governo Lula, crescimento econômico.

RESUMO

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) representou um período marcante na economia e nas políticas sociais do Brasil. Caracterizado pela manutenção do tripé macroeconômico — controle da inflação, câmbio flutuante e superávit primário — e pela implementação de amplas reformas sociais, seu governo buscou conciliar estabilidade econômica com redução da pobreza e desigualdade social. Nesse contexto, políticas como o controle da taxa de juros, o aumento do salário mínimo e a expansão do Bolsa Família impulsionaram o consumo interno e fortaleceram a economia. Este estudo analisa os impactos dessas políticas monetárias e sociais sobre o crescimento econômico e a inclusão social no Brasil entre 2003 e 2010. Para tanto, utiliza-se uma pesquisa bibliográfica baseada em documentos oficiais, dados estatísticos, artigos científicos e reportagens. O trabalho aborda, em três capítulos, as características econômicas do período, as reformas sociais e seus efeitos na renda familiar, e o papel do crédito e do consumo interno no crescimento econômico. Os resultados demonstram que a combinação entre políticas macroeconômicas estabilizadoras e medidas redistributivas possibilitou uma melhora nos indicadores sociais e econômicos, promovendo maior inclusão social e fortalecimento do mercado interno. Dessa forma, o governo Lula consolidou um modelo de crescimento econômico aliado à redução da pobreza, influenciando de maneira significativa a estrutura socioeconômica do país.

Palavras-chave: economia brasileira, política monetária, políticas sociais, governo Lula, crescimento econômico.

ABSTRACT

The government of Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010) marked a significant period in Brazil's economic and social policy history. Characterized by the maintenance of the macroeconomic tripod — inflation control, floating exchange rate, and primary surplus — alongside the implementation of extensive social reforms, his administration sought to reconcile economic stability with poverty and social inequality reduction. In this context, policies such as interest rate management, minimum wage increases, and the expansion of the Bolsa Família program stimulated domestic consumption and strengthened the economy. This study analyzes the impacts of these monetary and social policies on economic growth and social inclusion in Brazil between 2003 and 2010. To this end, it employs bibliographic research based on official documents, statistical data, scientific articles, and news reports. The work is structured into three chapters, addressing: the economic characteristics of the period; the social reforms and their effects on household income; and the role of credit and domestic consumption in economic growth. The results demonstrate that the combination of stabilizing macroeconomic policies with redistributive measures enabled improvements in social and economic indicators, fostering greater social inclusion and strengthening the domestic market. Thus, Lula's administration consolidated a model of economic growth combined with poverty reduction, significantly influencing the country's socioeconomic structure.

Keywords: Brazilian economy, monetary policy, social policies, Lula government, economic growth.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reservas Internacionais em milhões de US\$ - 1994 a 2010.....	12
Figura 2 - Taxa de pobreza (%) - 2001 a 2009	14
Figura 3 - Gráfico da Taxa Selic de 2003 a 2010	18
Figura 4 - Gráfico IPCA acumulado nos últimos 12 meses de 2003 a 2010.....	19
Figura 5 - Índice EMBI de 2001 até 2002	21
Figura 6 - Número de Famílias pleiteadas com o Bolsa Família e pagamento de benefícios de 2003 até 2010.....	23
Figura 7 - Gráfico: Bolsas do Prouni ofertadas a cada ano	26
Figura 8 - Ambulâncias do SAMU disponíveis em 2003/2009.....	28
Figura 9 - Evolução do número de pessoas atendidas pelo PSF	30
Figura 10 - Farmácia Popular do Brasil – Números de Unidades	32
Figura 11 - “Aqui tem Farmácia Popular” – Número de Estabelecimentos Conveniados.....	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice de Gini 2003 - 2009.....	24
Tabela 2 - Evolução do Salário Mínimo Nominal e Real – Período de 2002 a 2010.....	37
Tabela 3 - Poder de compra do salário mínimo em termos de cestas básicas entre 2023 e 2010	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BC	Banco Central
BCB	Banco Central do Brasil
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CMN	Conselho Monetário Nacional
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
PAI	Programa de Ação Imediata
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Prouni	Programa Universidade para Todos
PSF	Programa Saúde da Família
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SUS	Sistema Único de Saúde
URV	Unidade Real de Valor

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS E POLÍTICAS DO BRASIL: A ESPECIFICIDADE DA POLÍTICA MONETÁRIA ENTRE 2003 E 2010.....	10
1.1 As condições econômicas e políticas: revisitando a política macroeconômica	11
1.2 A política monetária: uma análise do comportamento da taxa de juros	17
2 AS REFORMAS SOCIAIS E A QUESTÃO DO SALÁRIO MÍNIMO (2003-2010)....	21
2.1 Distribuição de renda: o programa Bolsa Família	22
2.2 Programas relacionados à Educação	24
2.3 Programas relacionados à Saúde.....	27
2.4 Infraestrutura.....	33
2.5 A valorização do Salário Mínimo	36
3 EFEITOS DA POLÍTICA ECONÔMICA NA POLÍTICA SOCIAL.....	40
3.1 Efeito das Metas de Inflação nas Políticas Sociais	40
3.2 Efeito do Regime de Câmbio Flutuante nas Políticas Sociais	42
3.3 Superávit Primário e Sustentabilidade das Políticas Sociais	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	49

INTRODUÇÃO

O período de governo de Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2010, representa um marco na história recente da economia e das políticas sociais no Brasil. A administração Lula foi caracterizada por uma combinação de políticas macroeconômicas estabilizadoras e um intenso foco em políticas sociais, com o objetivo de reduzir a pobreza e a desigualdade, promovendo o crescimento econômico sustentável. A gestão econômica do governo Lula é amplamente reconhecida pela continuidade do chamado "tripé macroeconômico" — controle da inflação, câmbio flutuante e superávit primário —, herdado do governo anterior, ao mesmo tempo em que introduziu reformas sociais robustas que ampliaram a inclusão social e melhoraram os índices de pobreza.

Esse contexto de relativa estabilidade macroeconômica foi acompanhado por uma série de iniciativas políticas e sociais voltadas para a redistribuição de renda e o fortalecimento do mercado interno, o que gerou impactos significativos na economia brasileira. Durante esse período, políticas monetárias como o controle da taxa de juros foram fundamentais na manutenção da inflação sob controle, enquanto o aumento do salário mínimo e a implementação de programas sociais, como o Bolsa Família, tiveram repercussões diretas sobre a capacidade de consumo das famílias, especialmente nas camadas mais vulneráveis da população.

Este trabalho se propõe a investigar os impactos da política monetária nas políticas sociais implementadas durante os dois mandatos de Lula, de 2003 a 2010, e como essas últimas políticas influenciaram a redução da pobreza no Brasil.

A estrutura deste trabalho foi organizada de modo a proporcionar uma análise ampla e articulada sobre a interação entre política monetária, reformas sociais e desenvolvimento econômico no Brasil durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. No primeiro capítulo, são examinadas as características econômicas e políticas do período de 2003 a 2010, com especial atenção à manutenção e adaptação do tripé macroeconômico — controle da inflação, câmbio flutuante e superávit primário —, bem como à dinâmica da política monetária, evidenciada pelo comportamento da taxa de juros e seus reflexos sobre a estabilidade econômica e o crescimento do país.

O segundo capítulo dedica-se à análise das reformas sociais implementadas no período, investigando o impacto de programas como o Bolsa Família, o Luz para Todos, o ProUni, entre outros, sobre a redistribuição de renda e a inclusão social. Além disso, aborda a política de valorização do salário mínimo e seu papel central no aumento do poder de compra das camadas

populares, na redução da pobreza e na ampliação do mercado interno, evidenciando como essas políticas sociais se articularam com a estratégia de crescimento econômico.

O terceiro capítulo concentra-se nos efeitos da política econômica sobre a política social, explorando como a estabilidade macroeconômica conquistada no período possibilitou a sustentação e a expansão de programas sociais. Este capítulo analisa, ainda, o papel das metas de inflação, do regime de câmbio flutuante e do superávit primário na viabilização das políticas redistributivas, destacando a interação entre crescimento econômico e inclusão social como elementos centrais para a transformação da estrutura socioeconômica brasileira.

1 CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS E POLÍTICAS DO BRASIL: A ESPECIFICIDADE DA POLÍTICA MONETÁRIA ENTRE 2003 E 2010

Nas últimas décadas, a política econômica brasileira passou por mudanças significativas, refletindo a complexidade e a dinâmica dos problemas que o país enfrenta. O Brasil experimentou uma notável estabilidade econômica e crescimento entre 2003 e 2010. Este capítulo examina as características econômicas e políticas desse período, com um foco especial na política monetária e como os contextos econômicos e políticos atuais a moldaram e influenciaram.

A primeira seção do capítulo examina a política macroeconômica que prevaleceu até 2002, quando o "Tripé Macroeconômico" foi lançado no final da década de 1990. Este tripé foi criado para responder às crises econômicas anteriores e buscou estabelecer metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário.

Em seguida, as políticas econômicas e monetárias implementadas durante o primeiro mandato de Lula (2003-2006) são examinadas. Será abordado como o governo administrou a continuidade e a adaptação das políticas do tripé macroeconômico, bem como os efeitos de suas próprias estratégias na economia nacional.

Será discutido o segundo mandato de Lula (2007-2010), enfatizando as alterações e ajustes realizados na política econômica e monetária, bem como as consequências das circunstâncias econômicas globais. A época foi marcada por outros problemas, como a crise financeira mundial de 2008, que teve um impacto significativo na economia brasileira e na política monetária.

Por fim, o capítulo examina a política monetária em profundidade, concentrando-se no comportamento das taxas de juros e nas consequências para a economia. É analisada a evolução das taxas de juros, como elas se relacionam com as políticas fiscais e monetárias e como impacta o crescimento econômico e a inflação, para fornecer uma visão completa das estratégias usadas e seus efeitos.

Este capítulo, também, visa examinar esses elementos e oferecer uma análise crítica e contextualizada das políticas econômicas e monetárias do Brasil entre 2003 e 2010. Isso nos dá uma compreensão mais profunda das forças e decisões que moldaram a trajetória econômica do país durante esse período de tempo significativo.

1.1 As condições econômicas e políticas: revisitando a política macroeconômica

Para compreender a política macroeconômica adotada durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva, é essencial revisar o contexto econômico do governo de Fernando Henrique Cardoso, que criou as bases para as políticas subsequentes. A adoção do Plano Real, cuja implementação foi procedida por uma reforma monetária convencional apenas eliminando três zeros dos valores expressos em cruzeiros (De Paiva Abreu, 2014). O Plano Real, implementado no Brasil em 1994, foi um marco na história econômica do país. Este plano, que introduziu a moeda Real, foi a culminação de uma série de planos econômicos que buscavam estabilizar a economia brasileira, que estava sofrendo com altas taxas de inflação e instabilidade econômica.

O plano de estabilização possuía três fases: A primeira foi o ajuste fiscal prévio onde houve um corte de despesas por meio do Programa de Ação Imediata (PAI). Também foram implementados o aumento de impostos como o IPMF e houve uma diminuição de transferências governamentais por meio do Fundo Social de Emergência.

A segunda fase consistia da indexação completa da economia, com o mecanismo da URV (Unidade Real de Valor), uma unidade de conta com paridade fixa com o dólar, houve a conversão de preços e rendimento e a tentativa de simular efeitos de hiperinflação em uma moeda apenas, sem prejudicar a outra, por meio de um Sistema Monetário Duplo (Silva, 2017).

A terceira fase foi marcada de fato pela Reforma Monetária, com a introdução de uma nova moeda, o Real, quando os preços “urvizados” foram substituídos de URV por Real. Essa nova moeda tinha o objetivo de estabilizar a economia e controlar a inflação, marcando uma ruptura definitiva com o passado inflacionário.

No ano de 1999, em resposta às pressões econômicas e instabilidade, foi implementado o “Tripé Macroeconômico” que se baseava em i) meta de inflação; ii) taxa de câmbio flutuante; iii) metas de superávit primário.

- i) Com a implementação do sistema de metas de inflação, o Banco Central passou a ter como objetivo o cumprimento de uma meta de inflação estabelecida pelo CMN. A taxa de juros foi utilizada como o principal instrumento de política monetária para controlar a inflação e ancorar as expectativas do mercado.
- ii) A adoção do câmbio flutuante foi uma resposta à insustentabilidade do sistema de bandas cambiais, que estava pressionando as reservas internacionais e levando o governo a vender reservas para manter a taxa de câmbio dentro da banda estabelecida. Essa prática aumentava a dívida externa e gerava instabilidade. O

câmbio flutuante permitiu ao Banco Central reagir mais flexivelmente às pressões do mercado, sem comprometer as reservas internacionais.

- iii) A meta de superávit primário foi adotada com o objetivo de diminuir a dívida pública e proporcionar uma margem de manobra para a política monetária. Com superávits primários consistentes, o governo poderia absorver choques econômicos, estabilizar a dívida pública e reduzir o risco de crises financeiras.

O tripé macroeconômico foi implementado como resposta às crises econômicas e à instabilidade enfrentada no Brasil na década de 1990. A manutenção da taxa de câmbio sobrevalorizada resultou em ampliação do endividamento externo, aumento da dívida pública e retardamento do crescimento. A perda significativa de reservas internacionais, aliada ao predomínio das captações privadas no endividamento externo, agravou a vulnerabilidade econômica do país. A possibilidade de hedge para agentes econômicos acabou sobrecarregando o setor público com prejuízos. A perda rápida de reservas, em alguns momentos de até US\$ 1 bilhão por dia, colocou o Brasil em uma situação delicada, com o Fundo Monetário Internacional impondo limites mínimos de reservas.

Figura 1 - Reservas Internacionais em milhões de US\$ - 1994 a 2010



Fonte: IPEADATA.

Com a nomeação de Armínio Fraga como presidente do Banco Central, houve uma mudança de rumo na política econômica, abandonando-se o sistema de bandas cambiais e adotando-se o câmbio flutuante. O Banco Central também passou a adotar o sistema de metas de inflação como regra para a política monetária, buscando ancorar as expectativas de inflação e estabilizar a economia. Superávits primários tornaram-se necessários para absorver choques, liberar a taxa de juros para política monetária e estabilizar a dívida pública, reduzindo o risco

do país e a volatilidade cambial. Essas medidas buscaram fortalecer a estabilidade macroeconômica e promover um crescimento sustentável no Brasil.

1.1.1 Consequências da implementação do tripé macroeconômico até 2002

Após a implementação do tripé macroeconômico durante o governo FHC até o final de 2002, várias consequências foram observadas na economia brasileira. Inicialmente, a adoção de políticas para manter a estabilidade macroeconômica teve um impacto positivo na redução da inflação, que era um problema crônico no país (Abreu, 2014). A mudança para o regime de metas de inflação permitiu ao Banco Central agir de forma mais eficaz para controlar os índices de preços. Além disso, a adoção do câmbio flutuante proporcionou uma maior flexibilidade ao mercado cambial, permitindo que a taxa de câmbio se ajustasse de acordo com as condições econômicas internas e externas. Isso contribuiu para uma maior estabilidade nas transações comerciais e financeiras do país.

No entanto, houve desafios significativos durante esse período. A política de superávits primários para controlar a dívida pública implicou em cortes de gastos públicos em áreas essenciais, como saúde e educação, gerando debates sobre a distribuição dos custos do ajuste fiscal. Além disso, a política de juros elevados, necessária para controlar a inflação, teve um impacto negativo sobre o crescimento econômico, tornando o crédito mais caro e desestimulando investimentos produtivos. Outra consequência foi a ampliação da desigualdade social, uma vez que as medidas de austeridade fiscal afetaram principalmente os segmentos mais vulneráveis da população, enquanto os benefícios da estabilidade econômica foram mais concentrados nas camadas mais ricas (Curado, 2012).

A vulnerabilidade externa da economia brasileira permaneceu, apesar das políticas adotadas. A dependência de capitais estrangeiros para financiar o déficit em conta corrente e a volatilidade nos fluxos de investimento estrangeiro direto representaram riscos persistentes para a estabilidade macroeconômica.

Em resumo, o tripé macroeconômico implementado até o final de 2002 teve consequências mistas na economia brasileira. Enquanto contribuiu para a redução da inflação e para a estabilidade cambial, enfrentou desafios como o impacto sobre o crescimento econômico, a desigualdade social e a vulnerabilidade externa.

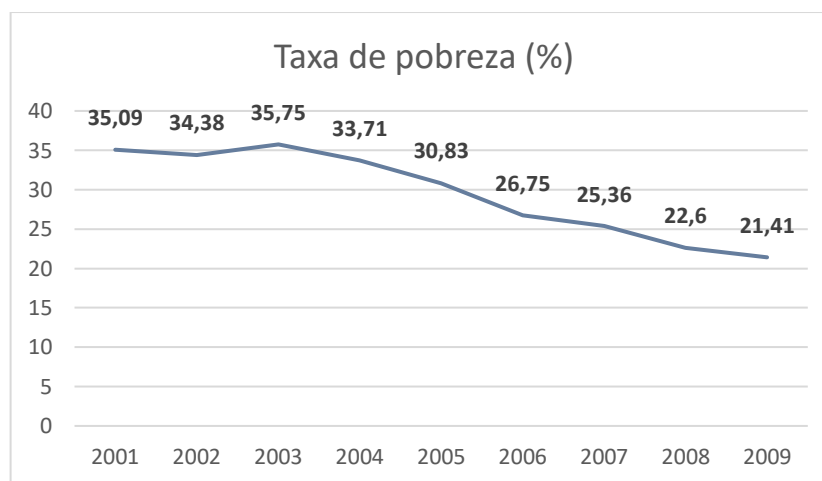
1.1.2 Primeiro mandato do governo Lula (2003 – 2006)

O aprofundamento da política econômica do governo anterior (desde 1999), baseado no tripé com metas de superávit primário, para garantir a solvência do setor público, metas de inflação e câmbio flutuante, foi o passo fundamental para assegurar a credibilidade do governo junto ao sistema financeiro (Silva, 2017).

Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2006, o tripé macroeconômico herdado do governo anterior foi mantido, mas com algumas adaptações e ênfases diferentes. No contexto inicial, o governo Lula enfrentou desafios herdados da gestão anterior, incluindo a necessidade de manter a estabilidade macroeconômica enquanto buscava promover o crescimento econômico e reduzir a pobreza.

Uma das principais adaptações foi uma ênfase maior na política social, com programas como o Bolsa Família, que buscavam combater a pobreza e reduzir as desigualdades sociais. Os efeitos sobre a pobreza também foram igualmente importantes. A taxa de extrema pobreza foi reduzida de 11,49% em 2005 para 7,28% em 2009, de acordo com cálculo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Avanço ainda mais significativo foi obtido no que concerne à evolução da taxa de pobreza do país. Em 2005 esta taxa era de 30,82% enquanto em 2009 seu valor atingia 21,42% (Curado, 2012). Isso ocorreu em paralelo com a continuidade das políticas de controle da inflação e de responsabilidade fiscal.

Figura 2 - Taxa de pobreza (%) - 2001 a 2009



Fonte: IPEADATA.

Ao mesmo tempo, o governo Lula manteve um compromisso com a estabilidade macroeconômica, buscando manter a inflação sob controle e o equilíbrio fiscal. Isso foi alcançado através da continuidade das políticas de metas de inflação e superávits primários, embora com uma ênfase relativa menor em comparação com o governo anterior. De acordo com Marcelo Curado, “o período compreendido entre os anos de 2003 e 2008 foi marcado pela

retomada do crescimento econômico. Neste período a taxa média de expansão do PIB foi da ordem de 4,2% a.a., praticamente o dobro da observada no período imediatamente anterior.”.

Nos anos de 2005-2010, a política monetária teve desempenho notável. As metas de inflação foram alcançadas em praticamente todo o período do governo Lula. Apenas no início do seu mandato, em 2003, a meta não foi atingida devido à desvalorização cambial de 2002, resquício ainda do período das eleições presidenciais. Em 2002 e 2004 a meta só foi alcançada depois de ser reajustada (Silva, 2017).

No entanto, houve mudanças importantes no campo da política monetária e cambial. O Banco Central manteve uma postura mais flexível em relação à política de juros, reduzindo gradualmente as taxas para estimular o crescimento econômico, ao mesmo tempo em que mantinha o controle da inflação.

O governo Lula adotou uma abordagem mais pragmática em relação à política cambial, intervindo no mercado cambial quando necessário para evitar flutuações excessivas na taxa de câmbio. Isso mostra preocupação em preservar as exportações e manter a competitividade do setor nacional. No que tange ao regime de Metas de Inflação, o autor Marcelo Curado, em seu livro *Economia & Tecnologia*, expõe que

Pode-se destacar que ele foi capaz de manter a estabilidade de preços em um período de crescimento. A principal crítica feita ao regime refere-se ao comportamento da taxa Selic. Neste sentido, cabe destacar que a economia brasileira, apesar de todos os avanços na área econômica, sustenta a mais alta taxa de juros real do mundo. O Gráfico 1 exhibe a evolução da taxa de juro real (taxa Selic descontada a inflação projetada). O Gráfico 1 informa que ao longo do período analisado ocorreu uma importante redução na taxa de juros real (p. 95).

Além disso, o autor aborda que em um regime de metas de inflação o objetivo central da política monetária é alcançar a meta de inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional. Isto não significa, no entanto, que a política monetária conduzida pelo COPOM deva ser o único instrumento de combate à inflação. As políticas monetária e fiscal devem seguir objetivos de modo coordenado; cenário muito distinto da prática de condução da política econômica durante o governo Lula.

No geral, as consequências do tripé macroeconômico durante o governo Lula de 2003 a 2006 foram mistas. Por um lado, a estabilidade macroeconômica foi mantida, com inflação controlada e crescimento econômico modesto. Apesar dos esforços para implementar políticas sociais mais abrangentes, os desafios como a pobreza e a desigualdade social persistiram

Dessa forma, a abordagem pragmática em relação à política monetária e cambial permitiu uma gestão mais flexível da economia, mas também gerou debates sobre a eficácia das políticas adotadas.

1.1.3 A política macroeconômica no segundo governo Lula (2007 – 2010)

A política macroeconômica no segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, de 2007 a 2010, foi marcada por uma combinação de continuidade e inovação, refletindo um compromisso com a estabilidade econômica ao mesmo tempo em que buscava promover o crescimento inclusivo e a redução da pobreza. Esse período foi significativo para o Brasil, pois enfrentou o impacto da crise financeira global de 2008 e, ainda assim, conseguiu manter uma trajetória de crescimento e inclusão social.

A principal característica da política econômica do segundo mandato de Lula foi a manutenção da responsabilidade fiscal e o controle da inflação, que já haviam sido pilares no primeiro governo. A política fiscal foi orientada para manter superávits primários robustos, com o objetivo de reduzir a dívida pública como proporção do PIB. Isso ajudou a fortalecer a credibilidade do Brasil nos mercados financeiros internacionais, permitindo ao país atrair investimentos estrangeiros e reduzir os custos de financiamento da dívida.

No campo da política monetária, o Banco Central do Brasil continuou a atuar de forma independente, com a meta de inflação sendo uma prioridade central. O regime de metas de inflação, introduzido no final da década de 1990, foi mantido, e o Comitê de Política Monetária (COPOM) ajustou as taxas de juros de acordo com as necessidades para manter a inflação dentro das metas estabelecidas. Durante a crise financeira de 2008, o Banco Central adotou medidas para garantir a liquidez do sistema financeiro e reduzir a volatilidade do mercado, demonstrando uma abordagem pragmática diante das dificuldades econômicas globais.

Uma das inovações mais notáveis do segundo governo Lula foi a ampliação das políticas sociais e de desenvolvimento, com destaque para o fortalecimento do Programa Bolsa Família. Este programa de transferência de renda condicional, que já havia sido implementado no primeiro mandato, foi ampliado significativamente, tornando-se um dos maiores programas de transferência de renda do mundo e ajudando a tirar milhões de brasileiros da pobreza extrema. Além disso, políticas de aumento do salário-mínimo e de expansão do crédito para as camadas mais pobres da população também contribuíram para a melhoria das condições de vida e para a redução das desigualdades sociais.

O segundo governo Lula também deu grande ênfase à infraestrutura como motor do crescimento econômico. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007, foi uma iniciativa ambiciosa destinada a modernizar a infraestrutura do país, incluindo investimentos em transporte, energia, habitação e saneamento. O PAC visava não apenas a estimular a economia através de investimentos públicos, mas também a atrair investimentos privados e melhorar a competitividade da economia brasileira a longo prazo. O programa envolveu uma série de projetos de grande escala, muitos dos quais foram concebidos para resolver gargalos históricos na infraestrutura do Brasil.

A crise financeira global de 2008 representou um grande desafio para o governo. No entanto, a resposta do Brasil foi relativamente eficaz, combinando políticas de estímulo fiscal com uma postura ativa do Banco Central para mitigar os impactos negativos da crise. O governo adotou medidas de desoneração fiscal, aumentou os gastos públicos em áreas estratégicas e incentivou o crédito para manter o consumo e a produção. Como resultado, o Brasil foi um dos primeiros grandes países emergentes a sair da recessão, retomando o crescimento já em 2009.

Além disso, a política externa durante o segundo governo Lula buscou fortalecer a posição do Brasil no cenário internacional. O país se envolveu ativamente em fóruns multilaterais, como o G20, e procurou estabelecer alianças estratégicas com outras economias emergentes, como China, Índia e Rússia, formando o grupo BRIC. Essa estratégia visava diversificar as relações comerciais do Brasil, aumentar sua influência global e promover uma ordem econômica internacional mais justa e equilibrada.

Em resumo, a política macroeconômica no segundo governo Lula foi marcada por um equilíbrio entre a manutenção da estabilidade macroeconômica e a implementação de políticas de desenvolvimento inclusivo. A combinação de responsabilidade fiscal, controle da inflação, expansão dos programas sociais e investimentos em infraestrutura, juntamente com uma resposta eficaz à crise financeira global, permitiu ao Brasil sustentar um período de crescimento econômico robusto e de significativa redução da pobreza e das desigualdades sociais.

1.2 A política monetária: uma análise do comportamento da taxa de juros

A política monetária teve um papel central na estratégia econômica do governo Lula, especialmente no que tange ao controle da inflação e à promoção da estabilidade macroeconômica. Entre 2003 e 2010, a taxa básica de juros (Selic) foi o principal instrumento utilizado pelo Banco Central para regular a atividade econômica e ancorar as expectativas do mercado. Neste contexto, o comportamento da taxa de juros refletiu não apenas as metas

inflacionárias, mas também a postura do governo diante de cenários de crescimento econômico, pressões inflacionárias e crises internacionais, como a de 2008. Esta seção analisa a trajetória da taxa Selic ao longo do período, destacando os fatores que motivaram suas elevações e reduções, bem como os impactos dessas decisões sobre a economia brasileira. A figura 3 a seguir demonstra a taxa Selic de 2003 a 2010.

Figura 3 - Gráfico da Taxa Selic de 2003 a 2010



Fonte: Banco Central do Brasil

A taxa Selic começou o ano de 2003 em 25,5% e se manteve em níveis elevados no começo de 2003. O Banco do Brasil, sob a liderança de Henrique Meirelles, focou no controle da inflação, que era prioridade para estabilizar a economia e ganhar a confiança dos investidores. Ao longo dos anos de 2003 e 2004 houve uma redução gradual da taxa Selic saindo de 26,5% para 16% em abril de 2004, pois foi se percebendo que a inflação estava sendo controlada, caindo para 5,15% o IPCA acumulado nos últimos 12 meses em maio de 2004 e a confiança dos investidores aumentando.

O gráfico a seguir (figura 4) apresenta a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado nos últimos 12 meses entre janeiro de 2003 e outubro de 2010. Observa-se uma trajetória de queda acentuada da inflação nos primeiros anos do governo Lula, refletindo o esforço inicial de estabilização econômica. A partir de 2006, o índice manteve-se relativamente estável, oscilando dentro de uma faixa controlada, mesmo diante de pressões inflacionárias pontuais e da crise financeira internacional de 2008. Esses dados evidenciam a importância da política monetária adotada durante o período para o controle da inflação.

Figura 4 - Gráfico IPCA acumulado nos últimos 12 meses de 2003 a 2010



Fonte: Banco Central do Brasil.

Ao longo do ano de 2004, por causa da rápida recuperação da economia brasileira, o BCB decidiu elevar novamente a taxa Selic, pois havia o receio de que o maior crescimento da economia elevasse novamente a inflação. Assim, o BCB aumentou a taxa Selic de 16,00% em abril de 2004 para 19,75% em maio de 2005. Com isso fez com que o PIB desacelerasse de 5,7% de crescimento em 2004 para apenas 3,2% de crescimento (Barbosa; Souza, 2009).

Entre os anos de 2006 e 2008, o Brasil experimentou um ciclo de variações na taxa de inflação que foi acompanhado por ajustes na taxa Selic, a taxa básica de juros do país. Este movimento reflete uma série de decisões políticas do Banco Central (BC) para responder às mudanças na economia. Em meados de 2005, o BC começou a reduzir a taxa Selic, que estava em um nível elevado de 19,75% em agosto deste ano. A decisão de iniciar o corte na taxa foi motivada pela constatação de que a política monetária restritiva vigente havia causado uma desaceleração significativa tanto na inflação quanto no crescimento econômico.

Ao longo de dois anos, o BC promoveu um corte total de 850 pontos base (pb), resultando na queda da Selic para 11,25% em setembro de 2007. Durante esse período, o Banco Central manteve uma postura mais cautelosa em relação à política monetária, diferente da estratégia adotada entre 2003 e 2005. O órgão optou por agir apenas quando as previsões indicavam uma possibilidade real de que a inflação poderia desviar-se da meta estabelecida pelo governo.

Mesmo com a aceleração do crescimento econômico e enfrentando choques adversos na produção doméstica de alimentos, o Banco Central manteve a taxa Selic estável após a queda significativa. Foi apenas em abril de 2008 que o Banco Central decidiu elevar a taxa básica de

juros novamente, aumentando-a para 11,75%. Este movimento marcou o início de um novo ciclo de elevação que totalizou 250 pontos base, culminando com a Selic atingindo 13,75% em setembro de 2008.

Esse comportamento do BC reflete uma abordagem pragmática e cuidadosa diante das condições econômicas, demonstrando um foco na estabilidade da inflação e no crescimento econômico sustentável. Do final de 2008 até meados de 2009, o Banco Central do Brasil implementou uma política monetária anticíclica em resposta aos desafios econômicos enfrentados pelo país. Inicialmente, em setembro de 2008, o BC elevou a taxa Selic para 13,75%, reflexo da preocupação com o impacto inflacionário decorrente da depreciação do real e da necessidade de conter possíveis pressões inflacionárias.

Nos meses subsequentes, a Taxa Selic foi mantida nesse patamar elevado devido aos receios do Banco Central quanto à especulação contra o real e ao potencial aumento da inflação decorrente da valorização do câmbio. Contudo, no início de 2009, ficou claro que esses temores não se concretizaram, o que permitiu ao BC iniciar um ciclo de redução na taxa Selic. Ao longo de 2009, a Selic foi reduzida em um total de 400 pontos base, chegando a 8,75% até meados do ano.

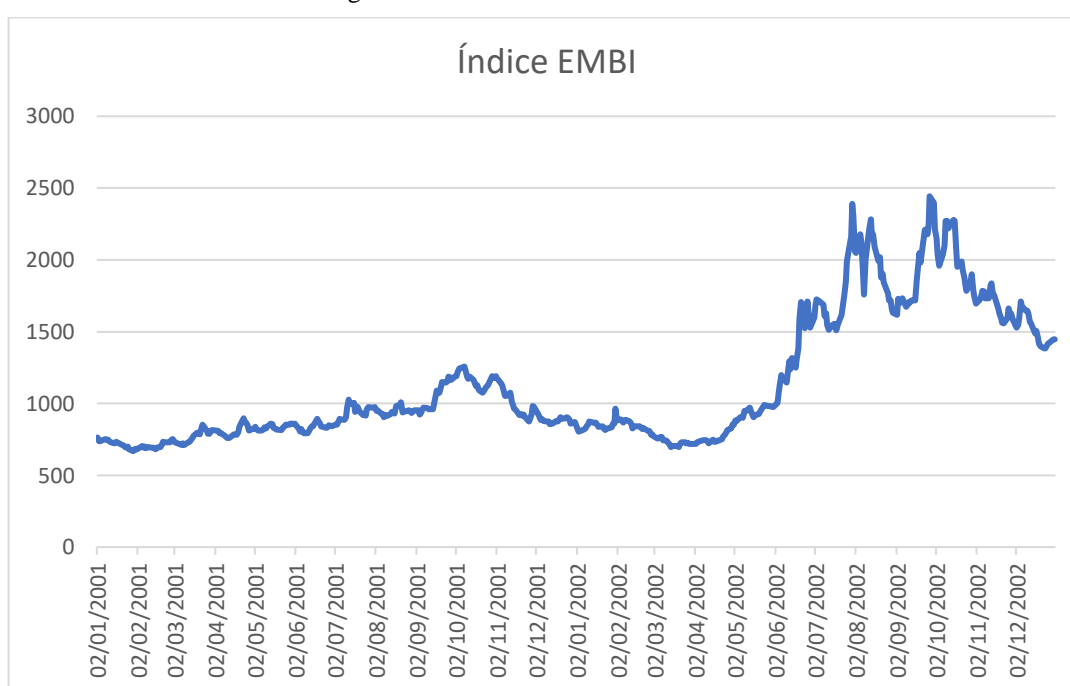
Essa redução significativa na taxa básica de juros visava estimular a economia, promovendo condições mais favoráveis para o crescimento econômico. Com a taxa real de juros situando-se em torno de 5,0% ao ano no terceiro trimestre de 2009, o impacto da redução da Selic começou a se refletir na atividade econômica, embora houvesse uma defasagem temporal típica entre a implementação da política monetária e seus efeitos completos sobre a economia.

Assim, a ação do Banco Central ao adotar uma postura anticíclica, por meio da redução da taxa Selic, teve como objetivo mitigar os impactos da queda abrupta na atividade econômica registrada naquele período, criando condições para uma retomada do crescimento econômico no início de 2010.

2 AS REFORMAS SOCIAIS E A QUESTÃO DO SALÁRIO MÍNIMO (2003-2010)

No início do governo Lula, em 2003, o país se encontrava com sérios problemas econômicos, com uma inflação de 12,53% (IPEADATA, 2024) e a Taxa Selic acima dos 17% (IPEADATA, 2024). O país enfrentava um período de desconfiança dos investidores internacionais, devido ao aumento do índice EMBI (Corgosinho; da Cruz; Torres, 2013). O gráfico 3 a seguir mostra a evolução do Índice EMBI ao longo dos meses, de 2001 a 2002.

Figura 5 - Índice EMBI de 2001 até 2002



Fonte: Ipeadata

Segundo Corgosinho; da Cruz e Torres (2013), esse aumento ocorreu por causa da desconfiança em relação ao Partido dos Trabalhadores (PT) e também devido às origens do presidente eleito. De acordo com os referidos autores, “Em um primeiro instante, foi necessário acalmar e transmitir confiança de seu governo aos mercados, pois Lula era visto como um operário defensor de ideias revolucionárias” (2013, p. 135).

Tendo em vista o contexto brasileiro para a implementação de reformas sociais, o governo de Luís Inácio Lula da Silva precisou adotar medidas que, além de garantir a estabilidade econômica, pudesse ser eficaz para enfrentar um dos maiores problemas do Brasil: as desigualdades socioeconômicas.

Na redução da pobreza, pode-se avaliar políticas de crescimento econômico e políticas redistributivas de renda. A política redistributiva de renda pode acarretar crescimento

econômico, pois os mais pobres tendem a possuir maior propensão marginal a consumir, resultando em maior nível de renda, levando-se em conta o multiplicador da renda (ótica Keynesiana) (Corgosinho; da Cruz; Torres, 2013, p. 133).

Em seu primeiro mandato, Lula manteve uma política ortodoxa herdada do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, com foco na responsabilidade fiscal e controle da inflação, o que colaborou para que o país recuperasse novamente a confiança dos investidores estrangeiros, visto que antes eles desconfiavam do Partido dos Trabalhadores (PT), bem como às origens do presidente eleito (reforma agrária, luta dos trabalhadores, dentre outras).

Além disso, o ano de 2003 se caracteriza pela elaboração do Programa Fome Zero que foi substituído em 2004, pelo Programa Bolsa Família. O programa Fome Zero foi fundamental à época, buscando erradicar a fome por meio de políticas de segurança alimentar e promoção da agricultura familiar. Já o Bolsa Família se tornou o principal programa deste governo, atendendo a milhares de brasileiros e oferecendo transferência de renda para famílias em situação de pobreza, com condicionantes como a frequência escolar e o acompanhamento de saúde.

Por outro lado, o programa Luz para Todos levou eletricidade para áreas rurais e regiões isoladas, enquanto o Programa Minha Casa, Minha Vida, lançado em 2009, ampliou o acesso à moradia com financiamentos subsidiados. Na área educacional, o ProUni ofereceu bolsas de estudo em universidades privadas para estudantes de baixa renda, e o Brasil Alfabetizado foi voltado para a alfabetização de jovens e adultos.

2.1 Distribuição de renda: o programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) é uma das principais políticas de transferência de renda no Brasil, criado em 2003 durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Este programa se tornou um dos maiores e mais conhecidos programas de proteção social do mundo, com o objetivo primordial de combater a pobreza e a extrema pobreza no país (Campello, 2013, p. 16).

Conforme analisa Mercadante,

O programa Bolsa Família comporta três eixos de atuação: a transferência direta de renda para promover a melhoria imediata das condições de vida das famílias em situação de pobreza; o acesso efetivo das famílias aos serviços básicos de educação, saúde e assistência social; e a integração com outras ações e programas de governo e da sociedade civil voltados ao desenvolvimento de alternativas de ocupação, geração de renda e elevação do bem-estar das famílias pobres (Mercadante, 2010, p. 363).

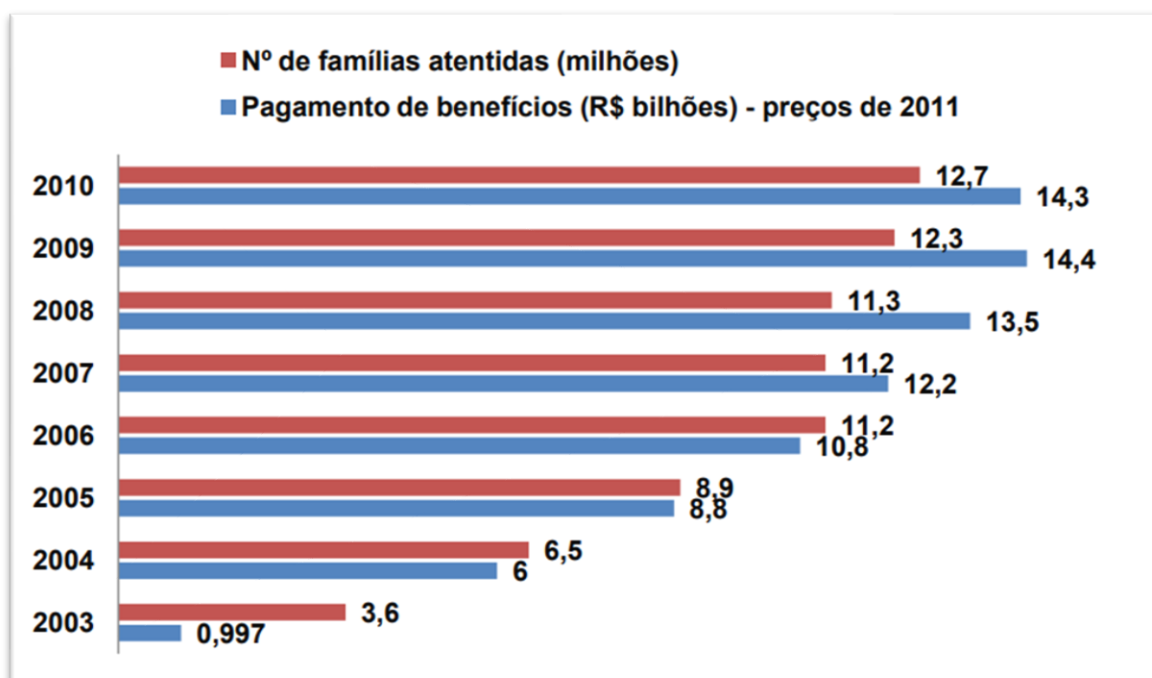
Segundo a Medida Provisória n.º132 de 20 de outubro de 2003, as famílias beneficiadas inicialmente pelo programa são aquelas que se encontram em situação de extrema pobreza, com uma renda per capita de até R\$ 50,00 mensais, e em situação de pobreza, com uma renda per capita entre R\$ 50,01 e R\$ 100,00 mensais, desde que tenham entre seus membros crianças ou adolescentes até 15 anos, bem como gestantes ou nutrizes (Brasil, 2003).

O Bolsa Família baseia-se na integração de três dimensões fundamentais para a superação da fome e da pobreza. Freitas (2007) afirma que são eles:

- 1) Promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família;
- 2) Reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações;
- 3) Coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. São exemplos de programas complementares: programas de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais documentos.

O Bolsa Família, inicialmente, atendia cerca de 3,6 milhões de famílias, já em seu auge, atendeu cerca de 13 milhões de famílias, abrangendo aproximadamente 50 milhões de pessoas, injetando bilhões de reais na economia do país (Corgosinho; da Cruz e Torres, 2013). A Figura 6 a seguir mostra a quantidade de beneficiários do programa entre os anos de 2003 a 2010.

Figura 6 - Número de Famílias pleiteadas com o Bolsa Família e pagamento de benefícios de 2003 até 2010



Fonte: Pinto (2012, p.42)

As consequências do Bolsa Família para a sociedade brasileira são diversas. Entre as consequências positivas, destaca-se a significativa redução da desigualdade social, que foi uma das principais contribuições do programa na queda da desigualdade de renda no Brasil, especialmente entre 2003 e 2009 (Corgosinho; da Cruz e Torres, 2013).

A tabela 1 a seguir mostra o Índice de Gini, que marca a redução da desigualdade social. O Índice de Gini é uma medida estatística usada para calcular a desigualdade de renda dentro de uma população. Ele varia de 0 a 1, onde 0 representa total igualdade (ou seja, todos possuem a mesma renda) e 1 indica desigualdade máxima (uma única pessoa detém toda a renda). Quanto mais próximo de 1, maior a concentração de renda nas mãos de poucos. O Índice de Gini é amplamente utilizado para avaliar a distribuição de riqueza em países e identificar o nível de desigualdade social (Ipeadata).

Tabela 1 - Índice de Gini 2003 - 2009

Anos	Índice de Gini
2003	0,583
2004	0,572
2005	0,570
2006	0,563
2007	0,556
2008	0,546
2009	0,543

Fonte: Ipeadata.

A tabela mostra que durante o governo Lula (2003 a 2010), a desigualdade social diminuiu consideravelmente, em grande parte como reflexo dos programas econômico-sociais desenvolvidos no período.

2.2 Programas relacionados à Educação

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) focou fortemente no desenvolvimento da educação como uma estratégia para promover inclusão social e crescimento econômico. Durante esse período, diversas políticas educacionais foram implementadas, destacando-se o FUNDEB, além de programas voltados para o ensino superior como o ProUni e o FIES.

Em 1996, no governo de FHC, foi criado o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Em 2006 foi criado o novo fundo, o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) (Mercadante, 2010).

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) é um mecanismo de financiamento da educação pública no Brasil, criado pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006, e regulamentado pela Lei nº 11.494, de 2007 (Brasil, 2007). O FUNDEB foi instituído para garantir recursos financeiros que assegurem a manutenção e o desenvolvimento da educação básica, abrangendo a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, em todas as suas modalidades.

[...] a destinação dos recursos para os demais níveis e modalidades da educação básica, em sintonia com a reivindicação dos próprios educadores e com uma visão sistêmica da educação, o que reabriu o caminho para a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade nas áreas de educação infantil, ensino médio e educação de jovens e adultos (Mercadante, 2010, p. 268).

O FUNDEB tem como principais objetivos o financiamento da educação básica, a valorização dos profissionais da educação, a redução das desigualdades regionais, o apoio a projetos educacionais e a promoção da avaliação e transparência na aplicação dos recursos. Ele proporciona recursos essenciais para a manutenção e o desenvolvimento da educação básica, garantindo que as escolas públicas tenham acesso a verbas suficientes para oferecer uma educação de qualidade. Parte desses recursos é destinada à valorização dos profissionais da educação, incluindo a promoção de salários mais justos e a oferta de formação continuada para professores e demais servidores.

Assim, “A implementação desse fundo além de permitir a expansão dos recursos, permitiu também a implantação de conselhos de fiscalização da aplicação dos recursos repassados, do mesmo modo que previu a inclusão da creche como integrante da educação infantil” (Fiuza, 2016, p. 58).

Além disso, o FUNDEB busca promover a equidade no financiamento da educação, direcionando recursos para municípios e estados que apresentam menor capacidade de arrecadação, o que contribui para a redução das desigualdades regionais e assegura que todos os estudantes, independentemente de sua localização geográfica, tenham acesso a uma educação de qualidade. Os recursos do FUNDEB também podem ser utilizados para o desenvolvimento de projetos educacionais que visem à melhoria do ensino e da aprendizagem, incluindo investimentos em infraestrutura, aquisição de materiais didáticos, tecnologias

educacionais e programas de apoio ao estudante. Por fim, o FUNDEB exige a prestação de contas e a transparência na aplicação dos recursos, promovendo um maior controle social e incentivando a participação da comunidade na fiscalização e acompanhamento das políticas educacionais.

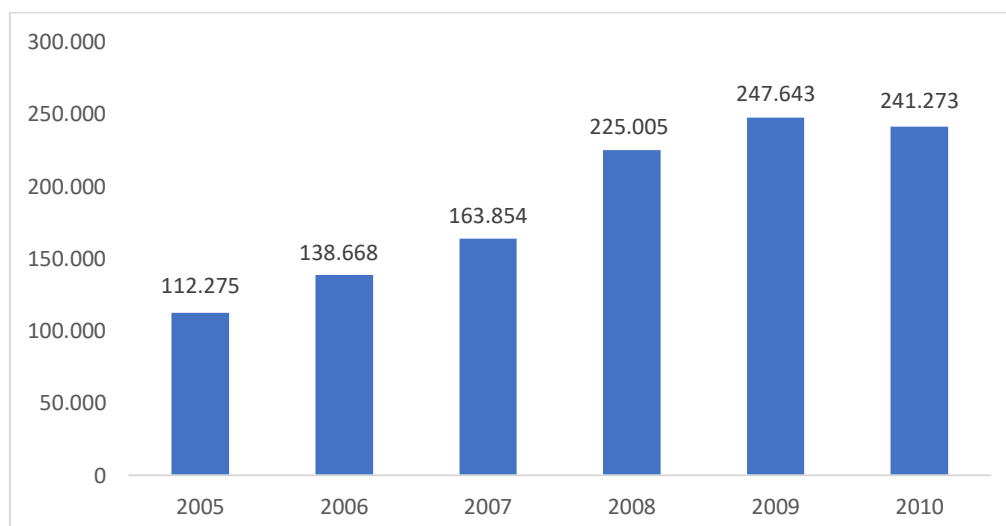
Já no que diz respeito ao ensino superior, durante o período de governo, o orçamento destinado à educação superior cresceu significativamente, passando de 6,7 bilhões de reais em 2003 para 19,7 bilhões em 2010. Nesse intervalo, foram estabelecidas 14 novas universidades e 124 campi, além de um aumento no número de vagas nos cursos de graduação, que subiram de 567,1 mil no início do governo para 849,9 mil em 2009 (Fiuza, 2016).

O principal programa voltado para a educação desenvolvido pelo Governo Lula e que persiste até os dias atuais foi o Prouni. O Programa Universidade para Todos (Prouni) foi criado em 2004 pela Medida Provisória nº 213, como uma iniciativa do governo federal brasileiro para ampliar o acesso ao ensino superior. Seu principal objetivo é proporcionar bolsas de estudo em instituições privadas de educação superior para estudantes de baixa renda, promovendo a inclusão social e aumentando a formação de profissionais qualificados.

O Prouni beneficia estudantes que atendem a certos critérios, como ter uma renda familiar per capita de até 1,5 salário-mínimo para bolsas integrais e até 3 salários mínimos para bolsas parciais, além de ter realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) com uma pontuação mínima. Desde sua criação, o programa já atendeu milhões de estudantes, possibilitando que jovens de diferentes regiões e classes sociais cursassem o ensino superior.

A Figura 7 a seguir mostra a evolução da quantidade de bolsas ofertadas por ano, entre 2005 e 2010, em todo o país.

Figura 7 - Gráfico: Bolsas do Prouni ofertadas a cada ano



Fonte: Adaptado de Alves (2016, p. 28).

De 2005 a 2014, foram oferecidas mais de 1 milhão de bolsas, esse número expressivo demonstra a crescente adesão ao programa e o reconhecimento da sua importância, com uma evolução anual das bolsas que indica a expansão e aceitação contínua da iniciativa. Esse avanço contribuiu para a formação de milhares de estudantes que antes não teriam condições financeiras para ingressar em universidades privadas (Alves, 2016).

Os impactos do Prouni na economia brasileira são significativos. Com um aumento na qualificação da força de trabalho, o Brasil se torna mais competitivo em diversas áreas. Os graduados tendem a ter melhores salários, o que aumenta sua capacidade de consumo e movimentam a economia. Além disso, o acesso à educação superior para classes menos favorecidas contribuiu para a redução das desigualdades sociais e econômicas (Alves, 2016).

Entretanto, as consequências do Prouni também revelam desafios. Apesar do aumento no número de graduados e da valorização do diploma, o programa enfrenta críticas relacionadas à qualidade das instituições que recebem os bolsistas e à necessidade de maior fiscalização sobre os cursos oferecidos. Assim, o Prouni se apresenta como uma iniciativa importante para a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, trazendo benefícios diretos para os alunos e para a sociedade, mas ainda requerendo atenção para garantir a qualidade da educação (Alves, 2016).

2.3 Programas relacionados à Saúde

No que diz respeito à temática da saúde pública, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2003, foi instituído o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) como uma das principais iniciativas dentro da Política de Atenção às Urgências e Emergências. O SAMU é um avanço na organização do sistema de saúde brasileiro, focando na resposta rápida e eficiente a situações de emergência médica, tanto em áreas urbanas quanto rurais.

O objetivo central do SAMU é proporcionar atendimento pré-hospitalar qualificado, garantindo que os pacientes recebam os cuidados necessários o mais rápido possível, o que é muito importante em situações críticas, onde o tempo de resposta pode ser determinante para a sobrevivência e recuperação do paciente. Com a criação do SAMU, o governo Lula buscou melhorar a eficiência do atendimento de urgência e garantir a universalidade e o acesso equitativo aos serviços de saúde (Mercadante, 2010).

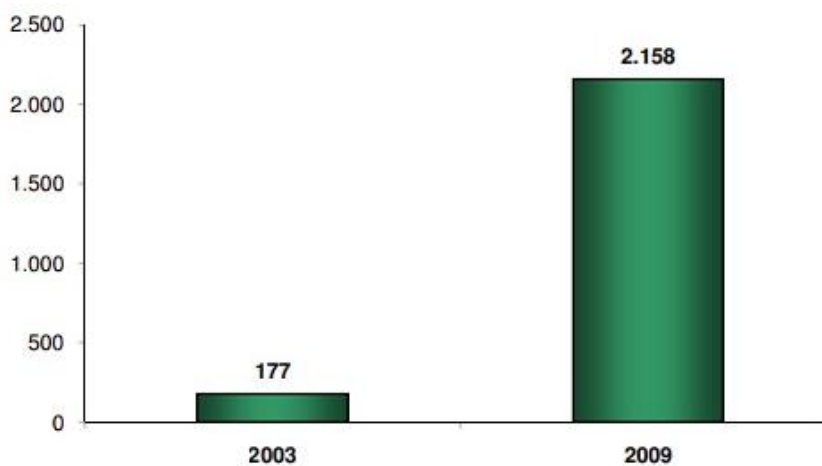
A implementação do SAMU foi acompanhada pela formação de equipes especializadas, compostas por médicos, enfermeiros e técnicos em enfermagem, que atuam em ambulâncias equipadas para realizar procedimentos de emergência. Essa estruturação permitiu a padronização do atendimento em todo o país, contribuindo para a redução da mortalidade em situações de urgência, como acidentes, paradas cardiorrespiratórias e outras condições críticas (Mercadante, 2010).

Além disso, o SAMU atua em parceria com os serviços de saúde locais e outras instituições, integrando-se ao Sistema Único de Saúde (SUS) e fortalecendo a rede de atendimento. A criação do SAMU também mostra que havia uma preocupação mais ampla do governo Lula com a saúde pública, visando políticas que priorizam a proteção da vida e o bem-estar da população (Fiuza, 2016).

O SAMU, como política pública do governo Lula, representou um marco na organização e melhoria do atendimento de urgência e emergência no Brasil. Com a formação de equipes capacitadas e a estruturação de um sistema integrado de saúde, o governo buscou garantir um atendimento mais ágil e eficaz, refletindo um compromisso com a saúde da população e a redução das desigualdades no acesso aos serviços de emergência. Essa iniciativa teve um impacto positivo na saúde pública, contribuindo para salvar vidas e melhorar a qualidade do atendimento pré-hospitalar no país (Mercadante, 2010). De igual modo, trata-se de uma política pública consolidada e que já faz parte do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Figura 8 a seguir mostra a expressiva ampliação do número de ambulâncias do SAMU entre 2003 e 2009. O salto de 177 unidades em 2003 para 2.158 em 2009 representa um crescimento na infraestrutura de atendimento de urgência.

Figura 8 - Ambulâncias do SAMU disponíveis em 2003/2009



Fonte: Mercadante (2010, p. 300).

O Programa Saúde da Família (PSF) foi iniciado em 1994, durante o governo do então presidente Itamar Franco, como uma estratégia para reestruturar a atenção primária à saúde no Brasil. No entanto, o programa ganhou maior impulso e expansão durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, quando houve um significativo aumento no financiamento e na implementação de novas equipes e ações, consolidando o PSF como uma das principais políticas de saúde pública do país.

O PSF foi desenvolvido com base nas diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e busca promover a saúde, prevenir doenças e garantir o acesso a serviços de saúde de forma mais próxima da comunidade. O programa se destaca pela atuação de equipes de saúde da família, que são compostas por profissionais de diferentes áreas e que trabalham diretamente nas comunidades, visando atender as necessidades locais de saúde e fortalecer os vínculos com a população (Rosa; Labate, 2005).

O Programa Saúde da Família (PSF) foi consolidado e ampliado durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2003, como uma das principais estratégias do governo para reformular a atenção primária à saúde no Brasil. Conforme ressalta Mercadante (2010), o programa visa promover a saúde e prevenir doenças por meio de uma abordagem que prioriza a atenção básica, o cuidado contínuo e a valorização da equipe de saúde da família, com o objetivo de oferecer um atendimento mais próximo e humano à população.

Mercadante destaca alguns números do Programa de Saúde da Família à época:

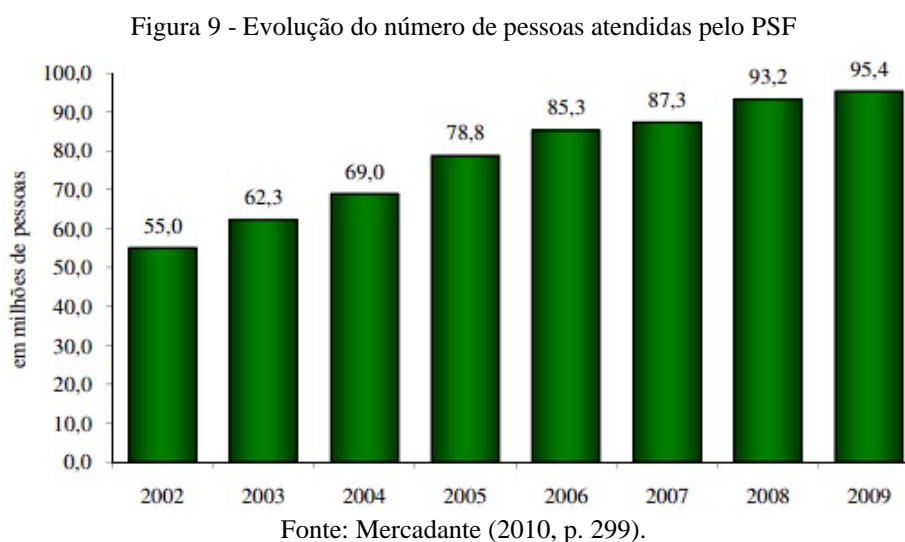
Em dezembro de 1998, havia pouco mais de 3 mil equipes do Programa Saúde da Família em atividade. No início de 2010, estavam em atividade 30,7 mil equipes e 236,4 mil agentes comunitários, distribuídos por 5.354 municípios. Cada equipe atende entre 3,5 mil a 4,5 mil pessoas. Nas áreas cobertas pelo Saúde da Família, tem havido uma redução significativa da mortalidade infantil, a expansão das ações de combate à desnutrição e o aumento da adesão à vacinação de crianças e adultos, além do controle de doenças associadas à má alimentação, como hipertensão e diabetes (Mercadante, 2010, p. 299-300).

O PSF se destaca por seu modelo de atuação que integra ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e tratamento, focando na atuação em comunidades e territórios específicos (Rosa; Labate, 2005). Cada equipe de saúde da família é composta por profissionais como médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde e outros profissionais de saúde, que atuam de maneira multidisciplinar para atender às necessidades da população em sua localidade. Essa configuração permite um conhecimento mais aprofundado das condições de saúde da comunidade, facilitando intervenções mais adequadas e eficazes.

Um dos principais objetivos do Programa Saúde da Família é reduzir as desigualdades no acesso aos serviços de saúde, especialmente em áreas mais vulneráveis. Ao levar o atendimento de saúde diretamente para as comunidades, o programa busca garantir que todos tenham acesso a cuidados médicos de qualidade, contribuindo para a melhoria das condições de saúde da população, particularmente em regiões rurais e periferias urbanas.

Durante o governo Lula, houve um aumento significativo no financiamento e na expansão do PSF, com a criação de novas equipes e a ampliação da cobertura do programa. Essa expansão teve um impacto positivo na saúde da população, refletindo em indicadores como a redução da mortalidade infantil, o aumento da imunização e a detecção precoce de doenças crônicas.

Conforme mostra a figura 9 a seguir, houve uma evolução do número de pessoas atendidas pelo programa entre os anos de 2002 e 2009. Os dados apresentados demonstram um crescimento constante na cobertura do PSF ao longo dos anos, evidenciando a expansão e a consolidação do programa na saúde pública brasileira.



Em 2002, a cobertura do Programa Saúde da Família abrangia 55 milhões de pessoas, e, a partir desse ano, houve um aumento gradual e significativo. Em 2003, o número de atendidos subiu para 62,3 milhões, e continuou crescendo, alcançando 69 milhões em 2004. Este aumento reflete a crescente prioridade do governo em investir na atenção primária à saúde e na melhoria do acesso aos serviços de saúde.

O gráfico mostra que, entre 2005 e 2009, a cobertura apresentou um crescimento robusto, saltando de 78,8 milhões em 2005 para 95,4 milhões em 2009. Esse aumento de quase

40% em apenas cinco anos destaca a importância do PSF como uma política pública efetiva na promoção da saúde e na prevenção de doenças, especialmente em áreas mais vulneráveis.

O incremento da cobertura do Programa Saúde da Família é um indicativo positivo da eficácia das políticas públicas voltadas para a saúde, pois promove a atenção integral e contínua à saúde da população, favorecendo a prevenção e o tratamento precoce de doenças. A ampliação do acesso a serviços de saúde por meio do PSF foi e é fundamental para a redução das desigualdades sociais e para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

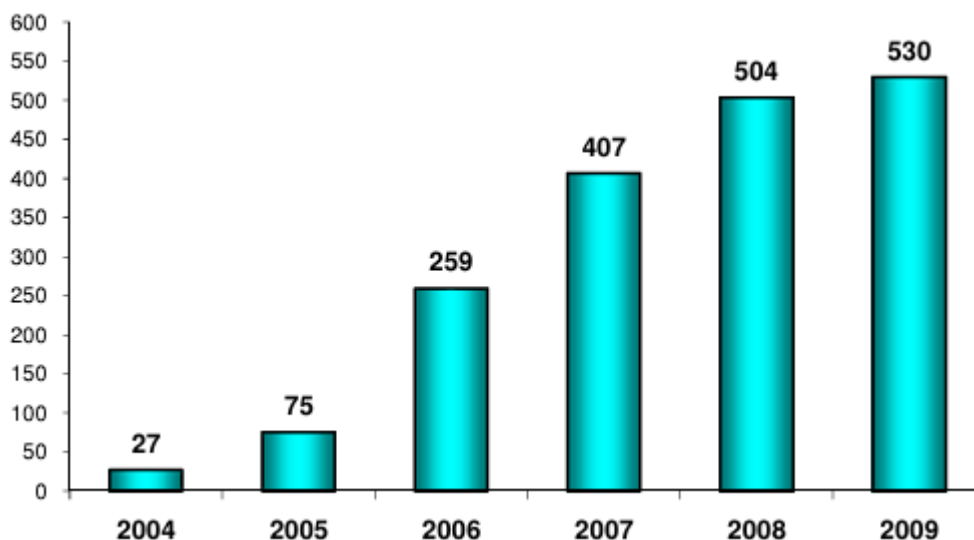
Além disso, ressalta-se que o PSF também promove a participação da comunidade na gestão do cuidado, incentivando o envolvimento dos cidadãos nas decisões relacionadas à sua saúde. Isso fortalece a relação entre a equipe de saúde e a comunidade, criando um ambiente mais propício para o cuidado colaborativo e o fortalecimento de vínculos sociais.

Outro programa criado no mandato do presidente Lula foi o Farmácia Popular em 2004, como parte da política de assistência farmacêutica, com o objetivo de ampliar o acesso da população a medicamentos essenciais (Mercadante, 2010).

O programa Farmácia Popular passou a operar em dois modelos distintos para ampliar o acesso da população a medicamentos essenciais. No primeiro modelo, farmácias públicas são geridas pela Fiocruz e operam através de convênios com uma das três esferas de governo ou entidades filantrópicas, sob supervisão do Ministério da Saúde. Nesse formato, os medicamentos são distribuídos aos usuários mediante um copagamento acessível, que corresponde a uma pequena parte do custo do medicamento (Ferreira, 2017).

A Figura 10 a seguir traz, de forma visual, a constatação do aumento de unidades das Farmácias Populares no Brasil, saltando de 27 em 2004, para 530 em 2009, o que representa um avanço de 1.863% em 5 anos.

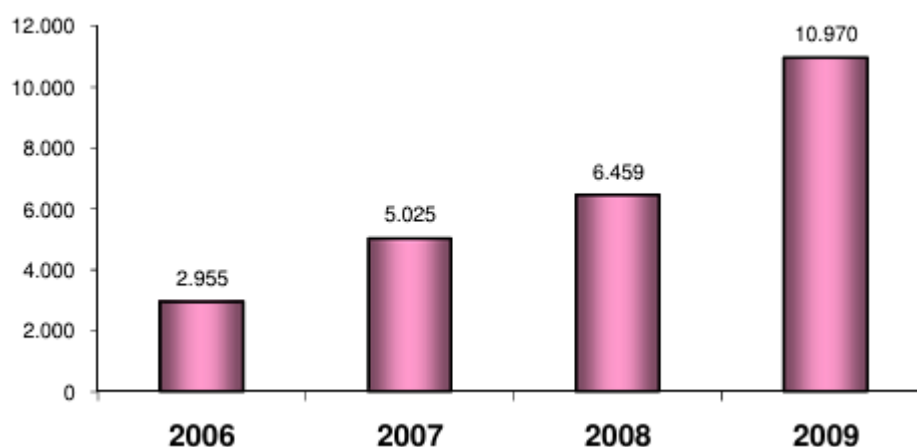
Figura 10 - Farmácia Popular do Brasil – Números de Unidades



Fonte: Mercadante (2010, p. 304).

No segundo modelo, chamado “Aqui Tem Farmácia Popular”, farmácias privadas credenciadas participam do programa e oferecem uma lista de medicamentos selecionados, sem envolvimento direto da Fiocruz. Esse modelo permitiu uma maior capilaridade e facilitou o acesso aos medicamentos, especialmente em áreas onde não havia farmácias públicas (Ferreira, 2017). A Figura 11 a seguir mostra a evolução no número de estabelecimentos conveniados ao programa “Aqui tem Farmácia Popular” ao longo dos anos, entre 2006 e 2009.

Figura 11 - “Aqui tem Farmácia Popular” – Número de Estabelecimentos Conveniados



Fonte: Mercadante (2010, p. 304).

Percebe-se, segundo o gráfico, que o número mais do que triplicou em 4 anos de programa.

Segundo Mercadante (2010, p. 304),

Na rede conveniada são oferecidos medicamentos para hipertensão, diabetes e anticoncepcionais, fornecidos por laboratórios privados, com descontos de até 90%. De 2004 a 305 2009, o número de unidades próprias do Farmácia Popular passou de 27 para 530, enquanto que os convênios com farmácias da rede privada passaram de 2.955, em 2004, para 10.970, em 2009.

Verifica-se, então, uma expansão do programa Farmácia Popular no Brasil, que, através de uma rede conveniada, disponibiliza medicamentos essenciais para doenças crônicas, como hipertensão e diabetes, além de anticoncepcionais, com descontos de até 90%. O programa demonstra uma grande evolução ao longo dos anos, especialmente entre 2004 e 2009.

Durante esse período, segundo afirma Mercadante (2010), as unidades próprias da Farmácia Popular aumentaram de 27 para 530, o que mostra o esforço do governo para ampliar o acesso direto à população. Além disso, o número de convênios com farmácias privadas também cresceu expressivamente, passando de 2.955 para 10.970 estabelecimentos. Esse crescimento deu-se devido a parcerias público-privadas para atender a uma demanda crescente por medicamentos acessíveis, principalmente para doenças crônicas que exigem tratamentos contínuos.

Dessa forma, a iniciativa da Farmácia Popular é um avanço importante na política pública de saúde do Governo Lula, pois amplia o acesso a medicamentos especialmente para as populações mais vulneráveis.

2.4 Infraestrutura

O programa Luz para Todos foi uma iniciativa relacionada à infraestrutura e que foi efetivada durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, com o objetivo de levar eletricidade a áreas rurais e comunidades isoladas que ainda não tinham acesso à energia elétrica. Esse projeto foi uma resposta à desigualdade no acesso à energia, uma vez que muitas regiões do Brasil, especialmente no Norte e Nordeste, enfrentavam sérios problemas de infraestrutura.

Dessa forma, o “Luz para todos” se destacou como um marco na política pública de inclusão social, permitindo que milhões de brasileiros tivessem acesso à eletricidade, o que não apenas melhorou a qualidade de vida, mas também impulsionou o desenvolvimento econômico dessas regiões. A eletrificação trouxe benefícios diretos, como o aumento da segurança, a melhoria nas condições de saúde, o acesso à informação através de rádios e televisores, e o

fortalecimento das atividades produtivas, como a agricultura e o pequeno comércio (Fiuza, 2016).

Além de promover a inclusão social, o Luz para Todos também foi um projeto de infraestrutura que demandou investimentos significativos e parcerias entre o governo federal, estaduais e empresas de energia. A execução do programa exigiu um planejamento logístico complexo, considerando as características geográficas e a diversidade cultural das áreas atendidas (Fiuza, 2016).

Um dos pontos positivos do programa foi a sua abordagem integrada, que não apenas focou na instalação de redes elétricas, mas também buscou capacitar as comunidades locais, incentivando o uso consciente da energia e promovendo ações de cidadania. No entanto, o programa enfrentou desafios, como questões relacionadas à sustentabilidade financeira e à manutenção das redes em áreas remotas.

Logo, o Luz para Todos foi um programa fundamental do governo Lula, representando um passo importante na luta contra a desigualdade e na promoção do desenvolvimento regional. Sua implementação deixou um legado na infraestrutura elétrica do Brasil, contribuindo para a transformação social e econômica de milhões de brasileiros.

Outra proposta que se efetivou foi a Lei nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico no Brasil, configurando-se como um marco legal para a prestação desses serviços essenciais. A norma garante o direito ao saneamento básico a todos os cidadãos brasileiros, com o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida, a saúde pública e a preservação do meio ambiente. Nesse contexto, a lei define saneamento básico como um conjunto de serviços e infraestruturas que envolvem o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, a limpeza urbana, o manejo de resíduos sólidos e a drenagem de águas pluviais (Brasil, 2007).

Os princípios e objetivos dessa legislação estão baseados na universalização do acesso, a integralidade dos serviços, a equidade no atendimento e a transparência, com o compromisso de garantir a saúde pública, preservar o meio ambiente e promover o uso racional dos recursos hídricos. Ademais, a lei define também as responsabilidades dos diferentes níveis de governo — União, Estados e Municípios — e das agências reguladoras na prestação, regulação e fiscalização dos serviços, de modo a assegurar uma atuação coordenada e eficiente no setor.

A participação popular é outro ponto essencial da lei, garantindo aos cidadãos o direito de participar na formulação de políticas e planos de saneamento básico, com o objetivo de assegurar o controle social e a transparência na gestão dos serviços. Para alcançar essas metas,

os municípios devem elaborar seus próprios planos de saneamento básico, onde são estabelecidas diretrizes para a universalização e melhorias contínuas nos serviços oferecidos.

A sustentabilidade econômica dos serviços de saneamento também é abordada, sendo prevista a possibilidade de cobrança pelas tarifas, a fim de garantir recursos para a operação dos serviços. Ao mesmo tempo, a lei prevê a aplicação de subsídios para que os cidadãos em situação de vulnerabilidade também tenham acesso ao saneamento. Por fim, a lei garante que a regulação e a fiscalização dos serviços devem ser conduzidas por agências reguladoras, que têm a missão de assegurar a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços prestados à população (Brasil, 2007).

O programa Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009 durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, representou uma das principais iniciativas de infraestrutura habitacional no Brasil, visando enfrentar o déficit habitacional que afetava milhões de famílias de baixa renda. Além de sua função social de promover o acesso à moradia digna, o programa teve um impacto significativo na economia, impulsionando diversos setores e promovendo a geração de emprego.

Um dos aspectos mais relevantes do Minha Casa Minha Vida foi o estímulo à construção civil, um dos motores da economia brasileira. A demanda por novas habitações gerou milhares de postos de trabalho, desde operários da construção até profissionais de engenharia e arquitetura. A movimentação do setor também beneficiou indústrias relacionadas, como a de materiais de construção, aquecendo a economia em um período em que o país buscava superar os efeitos da crise financeira global (Mercadante, 2010).

Nesse sentido, Mercadante afirma que

Ao ser lançado, no contexto da crise econômica e financeira global, o Minha Casa, Minha Vida foi cercado de grande expectativa. Além de sua importância direta no enfrentamento dos problemas habitacionais do país, ele passou a estimular o ritmo de atividade econômica e o nível de emprego. Para o setor da construção civil, que costuma responder rapidamente aos estímulos à geração de emprego, o programa representou não apenas uma saída para evitar a ameaça de retração de toda a cadeia produtiva, mas também uma nova possibilidade de expansão do setor por meio da construção de habitações destinadas à população de baixa renda (Mercadante, 2010, p. 345).

Além disso, o programa foi estruturado com subsídios e financiamentos acessíveis, facilitando o acesso à casa própria para famílias que antes não tinham condições de adquirir um imóvel.

Conforme avalia Fiuza,

Lançado em 2009 com o objetivo de possibilitar o acesso das famílias de baixa renda à casa própria, o programa subsidia a compra de imóveis novos ou na planta para famílias com renda mensal de até R\$ 1,6 mil, e facilita as condições de acesso para famílias com renda de até R\$ 5 mil (Fiuza, 2016, p. 63).

Essa injeção de recursos nas mãos de consumidores de baixa renda teve um efeito multiplicador na economia, impulsionando o consumo em diversas áreas, como eletrodomésticos e móveis, contribuindo para o crescimento do mercado interno.

Dessa forma, o Minha Casa Minha Vida foi um programa de infraestrutura de grande relevância para o governo Lula, com um impacto profundo na economia brasileira e que alcançou resultados consideráveis, na época, para a redução do déficit habitacional e na geração de emprego.

2.5 A valorização do Salário Mínimo

O salário mínimo possui uma importância significativa na política do mercado de trabalho, funcionando como o piso do Sistema de Seguridade Social e servindo como parâmetro para diversas políticas, como previdência e assistência social. Segundo Costanzi (2023, p. 26), “O salário mínimo tem relevância tanto no mercado de trabalho como também como piso dos benefícios da Seguridade Social”.

De acordo com dados da PNAD Contínua Anual de 2021, aproximadamente 51,9 milhões de brasileiros tinham uma renda de até um salário mínimo. Diante dessa relevância, é essencial analisar a evolução do valor real do salário mínimo entre 2002 e 2022, período em que o piso legal passou de R\$ 200,00 em 2002 para R\$ 1.212 em janeiro de 2022, resultando em um aumento nominal de 506% (Costanzi, 2023).

Durante o mesmo intervalo, a inflação, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE, foi de 239,1%, resultando em um ganho real de 78,7% entre 2003 e 2022. A maior parte desse aumento ocorreu entre 2006 e 2019, quando foi implementada uma política de valorização do salário, inicialmente acordada com centrais sindicais em 2006 e posteriormente institucionalizada por leis entre 2011 e 2015. Entre 2019 e 2022, no entanto, não houve ganho real (Costanzi, 2023).

Entre 2002 e 2016, o reajuste nominal do salário mínimo foi de 340%, enquanto a inflação foi de 148,3%, resultando em um ganho real de aproximadamente 77,2% nesse período (Costanzi, 2023).

Tabela 2 - Evolução do Salário Mínimo Nominal e Real – Período de 2002 a 2010

Ano	Valor do Salário Mínimo Nominal	Reajuste do Salário Mínimo em %	Inflação Medida pelo INPC/IBGE	Ganho Real em %	Ganho Real Acumulado desde 2002 em %
2002	200				
2003	240	20,00	18,54	1,23	1,23
2004	260	8,33	7,06	1,19	2,43
2005	300	15,38	6,61	8,23	10,87
2006	350	16,67	3,21	13,04	25,32
2007	380	8,57	3,30	5,11	31,72
2008	415	9,21	4,97	4,04	37,05
2009	465	1205,00	5,92	5,79	44,98
2010	510	9,68	3,45	6,02	53,70

Fonte: Adaptado de Costanzi (2023, p. 27).

Costanzi (2023, p. 26) também destaca que “A maior parte desse incremento real ocorreu no período entre 2006 e 2019, que foi marcado por uma política de valorização iniciada com acordo com as principais centrais sindicais no ano de 2006”, ou seja, no primeiro governo Lula.

No primeiro ano do governo Lula, em 2003, o salário mínimo teve um reajuste de 20%, entretanto, a inflação acumulada do período, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, foi de 18,54%. Logo, o aumento real foi na ordem de 1,23%. Já em 2004, o reajuste nominal do salário mínimo foi de 8,33%, e o INPC acumulou 7,06%. Seguindo, em 2005, o salário mínimo teve um aumento de 15,38%, e o INPC de 6,61% (Pinto, 2012).

Logo, isso refletiu em um maior poder de compra. Ademais, entre 2002 e 2008, houve uma série de políticas redistributivas no Brasil conforme supracitado, que resultaram em um aumento da mobilidade social. A expressiva migração de pessoas das classes D e E para a classe C mostra um fortalecimento do poder de consumo de grande parte da população, que passou a ter acesso a bens e serviços anteriormente fora de seu alcance. Este fenômeno impulsionou o mercado interno, aumentando a demanda e estimulando o crescimento econômico, apesar das persistentes desigualdades na distribuição de renda.

Conforme afirma Mercadante,

Embora continuem existindo fortes desigualdades na distribuição da renda, os avanços realizados nesse período representam o maior esforço redistributivo já realizado no país nos 60 anos de história do IBGE. Esse processo aumentou a mobilidade social e modificou significativamente a estrutura social, vista da perspectiva da capacidade de consumo dos diversos segmentos que a constituem. Houve uma expressiva migração

das classes D e E para outras, particularmente para a classe C, cuja participação aumentou 17,0%, entre 2002 e abril de 2008. Ao mesmo tempo caiu o número de pessoas que, estando nas classes C e D, regrediram para a classe E (Mercadante, 2010, p.169).

Dessa forma, a implementação de uma política de valorização do salário mínimo possibilitou o aumento real desse valor, sendo de grande importância para a melhoria dos rendimentos dos trabalhadores de menor renda ao longo do período. Essa estratégia foi essencial na reestruturação do mercado de trabalho, na luta contra a pobreza e na elevação dos ganhos de aposentados e beneficiários de programas como o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Essa política ajudou a fortalecer a economia ao elevar o poder de compra dessas parcelas da população e promover maior inclusão econômica (Pinto, 2012).

A valorização do salário mínimo também serve como um instrumento de distribuição de renda, favorecendo o crescimento econômico ao ampliar a capacidade de consumo dos trabalhadores e impulsionando setores que dependem da demanda interna.

Conforme apontado por Mercadante,

No que se refere especificamente ao poder de compra, os ganhos também foram significativos, registrando o aumento da renda disponível para o consumo de bens essenciais que compõem a cesta básica. Em 1995, a aquisição de produtos básicos comprometia quase 89% da renda líquida do trabalhador que recebia salário mínimo. Em novembro de 2009, a compra de uma cesta básica correspondia a 44,99% da renda líquida, menos da metade do salário mínimo, o que representa o melhor resultado desde 1972 (Mercadante, 2010, p. 360).

A tabela 3 a seguir ilustra o poder de compra do salário mínimo ao longo dos anos, detalhando a quantidade de cestas básicas que poderiam ser adquiridas em cada período analisado. Este levantamento permite uma avaliação crítica das variações econômicas e sociais, refletindo como a inflação, as mudanças no custo de vida e as políticas salariais impactam a capacidade dos trabalhadores de atender às suas necessidades básicas. Além disso, a análise dos dados apresentados pode contribuir para discussões sobre a efetividade do salário mínimo como um instrumento de proteção ao consumidor e de garantia de uma qualidade de vida adequada para a população.

Tabela 3 - Poder de compra do salário mínimo em termos de cestas básicas entre 2003 e 2010

ANO	Relação Salário Mínimo / Cesta Básica
2003	1,38
2004	1,47

2005	1,6
2006	1,91
2007	1,93
2008	1,74
2009	2,01
2010	2,23

Fonte: Adaptado de Dieese (2010, p. 27).

Identifica-se, portanto, que houve um aumento de 61%, passando de 1,38 para 2,23 entre 2003 e 2010, no poder de compra em relação às cestas básicas. Esse crescimento indica uma maior capacidade de consumo de bens essenciais, representando um indicador relevante de progresso social e econômico.

Portanto, as reformas sociais implementadas entre 2003 e 2010, com destaque para os programas de transferência de renda, os investimentos em educação e saúde e a política de valorização do salário mínimo, desempenharam papel fundamental na promoção da inclusão social e na redução das desigualdades. Essas políticas, além de proporcionarem melhorias concretas na qualidade de vida da população mais vulnerável, também impulsionaram o mercado interno, fortalecendo a dinâmica econômica do país. A elevação do poder de compra, sobretudo entre as camadas de baixa renda, contribuiu para um crescimento econômico mais sustentado e socialmente abrangente.

Nesse contexto, evidencia-se que o governo Lula conseguiu articular de forma inovadora estabilidade econômica e transformação social. A elevação do salário mínimo, em especial, não apenas representou um ganho real de renda para milhões de brasileiros, mas também consolidou um mecanismo importante de redistribuição de riqueza e fortalecimento da economia doméstica. Assim, as reformas sociais promovidas no período estudado se configuram como parte essencial de um projeto de desenvolvimento que buscou, de maneira simultânea, enfrentar a pobreza, reduzir desigualdades históricas e estimular o crescimento econômico de forma inclusiva.

3 EFEITOS DA POLÍTICA ECONÔMICA NA POLÍTICA SOCIAL

O tripé macroeconômico do primeiro governo Lula, iniciado em 2003, foi uma estratégia adotada para garantir a estabilidade econômica do Brasil após um período de inflação alta e instabilidade financeira. Essa abordagem era composta por três pilares fundamentais. O primeiro deles foi a meta de inflação, em que o governo estabeleceu um objetivo claro para controlar a inflação, com o intuito de assegurar a estabilidade dos preços e o poder de compra da moeda. O Banco Central assumiu a responsabilidade de conduzir a política monetária, utilizando a taxa de juros como principal ferramenta para alcançar essa meta.

Além disso, o governo adotou a busca pelo superávit primário, que significava alcançar um saldo positivo nas contas do governo antes do pagamento dos juros da dívida pública. Essa medida colaborou para reduzir a dependência do país de empréstimos externos, garantindo, assim, a sustentabilidade das finanças públicas. Por fim, a política cambial adotada foi o câmbio flutuante, em que o valor do real era determinado pelo mercado, ou seja, pela oferta e demanda por dólares no mercado internacional. Com essa flexibilidade no câmbio, o Brasil passou a ter maior capacidade de lidar com choques externos e crises financeiras globais.

Esses três pilares ajudaram a estabilizar a economia brasileira e criaram um ambiente de maior confiança por parte dos investidores, o que, por sua vez, contribuiu para o crescimento econômico e a redução da inflação durante o governo Lula.

3.1 Efeito das Metas de Inflação nas Políticas Sociais

Conforme citado anteriormente, o regime de metas de inflação trata-se de um sistema implementado no Brasil em 1999, como resposta às crises cambiais e econômicas da década de 1990, e que visa a consolidação da estabilidade macroeconômica por meio do controle da inflação. Essa política baseia-se no estabelecimento de uma meta anual de inflação pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), com o Banco Central atuando para alcançá-la principalmente por meio da definição da taxa de juros, ancorando expectativas do mercado e garantindo previsibilidade econômica, como parte do tripé macroeconômico que inclui, além das metas de inflação, o câmbio flutuante e o superávit primário.

O sistema de metas de inflação, implementado no Brasil em 1999 como resposta às crises cambiais da década de 1990 e com o objetivo de consolidar a estabilidade econômica. Foi uma das principais estratégias durante os dois mandatos do governo Lula (2003 – 2010).

Conforme visto ao longo desta pesquisa, embora o governo tenha mantido a política macroeconômica de FHC, com o tripé de metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário, a partir de 2006 houve uma inflexão importante, com maior foco no crescimento inclusivo e na redução das desigualdades (Passos; Guedes, 2015).

A principal mudança, segundo Passos e Guedes (2015), foi a integração das políticas sociais com a economia, dessa forma, criou-se um modelo em que as políticas econômicas favoreciam a inclusão social e as políticas sociais impulsionavam o crescimento econômico. O governo Lula adotou uma abordagem de "políticas sociais economicamente orientadas", combinando redistribuição de renda, valorização do salário mínimo, expansão do crédito e aumento de programas como o Bolsa Família, o que resultou em uma redução significativa da pobreza e das desigualdades. Além disso, a ampliação do mercado interno e o aumento do consumo das famílias também tiveram papel importante no crescimento econômico.

Para Passos e Guedes (2015),

De fato, a atuação na política social do governo Lula teve forte cunho assistencialista, o que poderia indicar continuísmo com FHC, porém, o social do governo Lula foi, além do “residualismo”, compensatório. Prova disso refere-se ao fato de que, até o programa de transferência de renda (Programa Bolsa Família – doravante, PBF), que aparentemente se encaixa no receituário neoliberal, foi pensado e tem tentado ir além do assistencialismo compensatório (2015, p. 29).

Por outro lado, Neri (2007) defende que as políticas sociais, incluindo o aumento real do salário mínimo e os programas de transferência de renda, impactaram diretamente a redução da pobreza e a melhoria do bem-estar social no Brasil, especialmente entre 2003 e 2005, período do governo Lula. Destaca-se, neste contexto, que o aumento real do salário mínimo foi uma das principais fontes de melhoria na renda das classes mais pobres, o que ajudou a reduzir a desigualdade e impulsionou o mercado interno, favorecendo o crescimento econômico.

De igual modo, as políticas de transferência de renda, como o Bolsa-Família, ampliaram a proteção social e contribuíram para a redução da pobreza. As políticas macroeconômicas implementadas no governo Lula, como a manutenção da meta de inflação e o fortalecimento das políticas sociais, criaram um ambiente mais estável, o que facilitou a implementação de programas sociais e gerou um "choque de confiança" nos mercados, levando a uma redução das taxas de pobreza e aumento do emprego formal (Neri, 2007).

Ademais, Neri afirma que “A expansão de programas focalizados de transferências de renda condicionada, como o Bolsa-Escola e Bolsa-Família, ajudaram a combinar componentes compensatórios e estruturais” (2007, p. 71).

Nesse sentido, Rossi (2015) levanta a discussão de que as políticas fiscais e monetárias adotadas entre 2003 e 2010 permitiram ao Brasil alcançar maior estabilidade econômica, com consequentes benefícios sociais, como a preservação do poder de compra do salário-mínimo e a redução da pobreza. Além disso, a combinação dessas políticas, que já foram anteriormente detalhadas, com um projeto de desenvolvimento social ajudou a reduzir desigualdades e a impulsionar o crescimento.

Entre 2003 e 2010, o salário-mínimo acumulou um ganho real de 53,7% (Costanzi, 2023), resultado de reajustes acima da inflação, possibilitados pelo controle eficaz dos índices de preços. Essa valorização impactou diretamente as famílias de baixa renda, pois muitas delas dependiam de rendimentos vinculados ao salário mínimo, como aposentadorias e benefícios assistenciais, além de salários no setor informal. Segundo o DIEESE (2010), enquanto em 2003 o salário mínimo comprava 1,38 cestas básicas, em 2010 esse número subiu para 2,23, demonstrando um aumento real no poder de compra.

O aumento do salário mínimo e a estabilidade de preços contribuíram para a redução das desigualdades de renda no Brasil. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostram que o Índice de Gini caiu de 0,583 em 2003 para 0,543 em 2009, marcando uma significativa melhora na distribuição de renda durante o período (IPEADATA). Esse avanço reflete tanto os efeitos diretos do aumento do salário mínimo quanto a expansão de programas sociais como o Bolsa Família, que transferiam recursos diretamente às famílias mais pobres.

3.2 Efeito do Regime de Câmbio Flutuante nas Políticas Sociais

O regime de câmbio flutuante, adotado em 1999, foi mantido durante os dois mandatos do governo Lula (2003–2010) como parte do tripé macroeconômico, ao lado das metas de inflação e do superávit primário. Esse regime proporcionou ao Brasil maior flexibilidade para lidar com choques externos e contribuiu para a estabilidade econômica, criando condições favoráveis para o crescimento e a ampliação das políticas sociais. Durante o período, a valorização das commodities no mercado internacional foi fundamental no financiamento das iniciativas sociais e na redução das desigualdades econômicas (Giambiagi; Castro, 2007).

O crescimento da demanda global por commodities, especialmente liderado pela China, impulsionou as exportações brasileiras de produtos como minério de ferro, soja e petróleo. Entre 2003 e 2010, as exportações brasileiras cresceram significativamente, gerando sucessivos superávits na balança comercial e permitindo a acumulação de reservas internacionais. Essas

reservas passaram de US\$ 37 bilhões em 2002 para mais de US\$ 280 bilhões em 2010, fortalecendo a capacidade do Brasil de enfrentar crises externas, como a crise financeira internacional de 2008 (Black, 2015; Mercadante, 2010).

Parte dos recursos provenientes das exportações foi direcionada para programas sociais, como o Bolsa Família, que se tornou uma das maiores políticas de transferência de renda do mundo durante o governo Lula. Ao canalizar as receitas fiscais geradas pelo superávit comercial para o financiamento dessas iniciativas, o governo conseguiu reduzir a pobreza extrema e ampliar a inclusão social em larga escala. Os ganhos obtidos com o comércio exterior não apenas fortaleceram as contas públicas, mas também permitiram o avanço das políticas sociais voltadas às populações mais vulneráveis (Marques; Mendes, 2007).

A valorização cambial gerou impactos positivos ao facilitar a importação de bens e insumos essenciais, reduzindo os custos para famílias e empresas. Por exemplo, a política de subsídios a medicamentos no programa Aqui Tem Farmácia Popular foi favorecida pela redução do custo de importação de medicamentos essenciais, o que ampliou o acesso da população de baixa renda a tratamentos de saúde (Neri, 2011). Essa combinação de políticas econômicas e sociais exemplifica a estratégia integrada adotada pelo governo Lula (Alencar *et al.*, 2018).

Outro impacto relevante foi observado no mercado de trabalho. A estabilidade econômica proporcionada pelo regime cambial permitiu a criação de mais de 15 milhões de empregos formais entre 2003 e 2010, muitos deles em setores diretamente vinculados às políticas sociais, como saúde, educação e infraestrutura. Isso garantiu não apenas o aumento da renda para milhões de famílias, mas também reforçou a sustentabilidade dos programas de transferência de renda (Vieira, 2011).

A relação entre o câmbio flutuante e a política monetária foi outro ponto relevante para a sustentabilidade das políticas sociais. A flexibilidade cambial deu ao Banco Central maior margem para ajustar as taxas de juros, controlando a inflação sem comprometer as receitas das exportações. Como resultado, o governo conseguiu aumentar os recursos destinados às políticas redistributivas sem comprometer a estabilidade econômica geral (Prates, 2015).

Por fim, o regime de câmbio flutuante permitiu ao governo Lula lidar com a volatilidade dos preços das commodities no mercado internacional, fortalecendo as bases econômicas para a continuidade das políticas sociais. A combinação de superávits comerciais, estabilidade econômica e ampliação dos programas sociais consolidou um modelo de crescimento inclusivo que se tornou uma marca do período. Como destacam Barros *et al.* (2007), “a integração entre

política econômica e social foi essencial para transformar os ganhos do comércio exterior em avanços concretos para a população brasileira” (p. 70).

Portanto, o câmbio flutuante foi uma ferramenta estratégica para financiar as políticas sociais e garantir a estabilidade econômica no governo Lula. Apesar dos desafios enfrentados por alguns setores específicos, como a indústria, a flexibilidade do regime cambial possibilitou avanços significativos no combate à pobreza, na geração de empregos e na inclusão social, consolidando um modelo de crescimento com justiça social.

3.3 Superávit Primário e Sustentabilidade das Políticas Sociais

O conceito de superávit primário refere-se à economia realizada pelo setor público ao subtrair as despesas primárias (excluindo-se os juros da dívida pública) das receitas totais. No contexto das finanças públicas, sua finalidade principal é garantir o pagamento dos encargos da dívida, preservando a solvência do Estado e assegurando a credibilidade fiscal perante o mercado financeiro nacional e internacional (Mercadante, 2010).

Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010), o superávit primário foi mantido como um dos pilares do chamado tripé macroeconômico, ao lado do câmbio flutuante e das metas de inflação. A manutenção dessa estratégia visava assegurar a estabilidade econômica, mas não foi incompatível com a ampliação de políticas sociais. Ao contrário, o superávit primário não representou uma barreira à ampliação dos gastos sociais, mas sim um alicerce para que essas políticas fossem sustentáveis no longo prazo.

Esse equilíbrio entre responsabilidade fiscal e investimento social representou uma inovação dentro do contexto econômico latino-americano da época, especialmente quando comparado aos regimes de austeridade adotados em outros países da região. Como observa Mercadante (2010, p. 153), “a política de geração de superávits consistentes possibilitou ao Estado brasileiro reduzir sua vulnerabilidade externa, fortalecer o mercado interno e, ao mesmo tempo, ampliar os investimentos sociais sem comprometer a sustentabilidade fiscal”.

A estabilidade proporcionada por essa política contribuiu para uma série de avanços macroeconômicos. Entre eles, destacam-se: a elevação do grau de investimento do país, a redução da dívida líquida do setor público, o crescimento das reservas internacionais e a ampliação do crédito interno. Esses fatores, por sua vez, foram determinantes para a continuidade de programas como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e os programas habitacionais e educacionais, como o ProUni e o Minha Casa, Minha Vida (Pinto, 2012; Oliva, 2010).

Além disso, o superávit primário foi essencial para mitigar os impactos da crise financeira internacional de 2008. Ao manter uma política fiscal prudente, o governo brasileiro pôde lançar mão de medidas anticíclicas e expandir os gastos sociais e os investimentos públicos para conter os efeitos recessivos da crise, conforme destaca Mercadante (2010, p. 177): “a resposta brasileira à crise combinou aumento do crédito, ampliação do investimento e fortalecimento das políticas sociais, o que só foi possível devido à estabilidade fiscal acumulada nos anos anteriores”.

A sustentabilidade das políticas sociais, portanto, não se limitou à sua manutenção orçamentária, mas também à sua legitimidade política e funcionalidade econômica. O aumento do salário mínimo acima da inflação, por exemplo, beneficiou diretamente milhões de famílias e injetou dinamismo na economia, com efeitos positivos sobre o consumo interno e a arrecadação tributária (Souen, 2013; Costanzi, 2023) .

Nesse sentido, pode-se afirmar que o superávit primário funcionou como um instrumento de viabilização das políticas sociais, e não como um obstáculo. Como ressalta Mercadante (2010, p. 159), “o novo desenvolvimentismo brasileiro se diferenciou do modelo neoliberal justamente por colocar o social no centro da estratégia de desenvolvimento, sem abrir mão da estabilidade econômica”.

Dessa maneira, observa-se que a adoção do tripé macroeconômico não apenas promoveu a estabilidade fiscal e monetária, mas também serviu como plataforma para a expansão de políticas sociais estruturantes. A manutenção de metas de inflação, o regime de câmbio flutuante e o superávit primário possibilitaram a criação de um ambiente de confiança que favoreceu o crescimento econômico inclusivo. Ao mesmo tempo, o fortalecimento do mercado interno, impulsionado pelo aumento do salário mínimo e pela ampliação dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, demonstrou que a estabilidade macroeconômica, longe de ser um objetivo isolado, atuou como um meio para a promoção da justiça social e da elevação do padrão de vida da população mais vulnerável.

Assim, pode-se concluir que a interação entre as políticas econômicas e sociais durante os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva constitui um exemplo relevante de como a condução prudente da economia pode ser harmonizada com o objetivo de reduzir desigualdades e ampliar oportunidades. A experiência brasileira no período de 2003 a 2010 revelou que, ao contrário de visões que opõem crescimento econômico e inclusão social, é possível construir um modelo de desenvolvimento que valorize simultaneamente a estabilidade e a equidade. Essa conjugação de fatores proporcionou ao Brasil não apenas avanços econômicos significativos, mas também

uma nova perspectiva de cidadania para milhões de brasileiros, consolidando as bases para um projeto de desenvolvimento mais sustentável e inclusivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo Lula (2003-2010) foi um marco na economia e nas políticas sociais do Brasil, ao consolidar um modelo de crescimento econômico aliado à inclusão social. A pesquisa mostrou que a manutenção do tripé macroeconômico – controle da inflação, câmbio flutuante e superávit primário – garantiu a estabilidade fiscal e a credibilidade do país no cenário internacional. Ao mesmo tempo, a ampliação das políticas sociais, como o Bolsa Família, a valorização do salário mínimo e o incentivo à educação e à saúde, contribuiu para a redução da pobreza e da desigualdade social.

Conforme visto ao longo deste estudo, os resultados desse período demonstram que é possível combinar responsabilidade fiscal com o fortalecimento de políticas sociais de longo prazo. O superávit primário, longe de ser um entrave, funcionou como um mecanismo de equilíbrio entre estabilidade macroeconômica e capacidade do Estado de financiar políticas públicas sem comprometer a sustentabilidade das contas públicas. Além disso, o crescimento do consumo interno, impulsionado pela melhoria da renda das classes mais baixas, favoreceu o desenvolvimento do mercado interno e garantiu um ciclo de crescimento econômico mais inclusivo.

No entanto, desafios permanecem. A dependência da economia brasileira em relação a fatores externos, como a oscilação do câmbio e a vulnerabilidade a crises internacionais, ainda exige políticas adaptáveis e mecanismos de proteção social mais robustos. Além disso, a continuidade e o aprimoramento das políticas sociais demandam esforços políticos e administrativos para que possam ser mantidas de forma sustentável ao longo dos anos.

Dessa forma, a experiência do primeiro governo Lula (2003-2010) serve como um exemplo de que políticas econômicas bem estruturadas, aliadas a um compromisso social genuíno, podem transformar positivamente a realidade de um país. O legado deixado por esse período reforça a importância de um Estado atuante na redução das desigualdades, garantindo que o crescimento econômico seja um instrumento para o desenvolvimento social e não um fim em si mesmo.

Assim, o legado do governo Lula pode ser compreendido como a construção de uma nova base de desenvolvimento econômico e social, que incorporou milhões de brasileiros ao mercado de consumo e promoveu avanços na redução da pobreza. Contudo, a consolidação desses ganhos exigiria, nos anos subsequentes, políticas que combinassem responsabilidade fiscal, fortalecimento da competitividade econômica e aprofundamento das reformas estruturais.

Portanto, conclui-se que o período de 2003 a 2010 foi crucial para redefinir a trajetória socioeconômica do Brasil, demonstrando que a estabilidade macroeconômica e a inclusão social não são objetivos excludentes, mas podem ser complementares e mutuamente fortalecedores quando adequadamente articulados. Esse modelo, consolidado durante o governo Lula, serviu de referência para futuras estratégias de desenvolvimento voltadas à equidade social e ao crescimento econômico sustentável.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Tatiane de Oliveira Silva; *et al.* Programa Farmácia Popular do Brasil: uma análise política de sua origem, seus desdobramentos e inflexões. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. esp. 2, P. 159-172, 2018. Disponível em: <https://revista.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/951>. Acesso em: 13 fev. 2025.

ALVES, Tamyres Gaby Martins. **ProUni: revolução simbólica na vida dos beneficiários**. 2016. 84 fls. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2016. Disponível em: https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/ciencias_sociais/3827.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

ARAÚJO, Victor Leonardo. **O primeiro governo Lula (2003-2006): retomada do crescimento e bonança internacional**. *In: Anais*, 2019. Disponível em: https://sep.org.br/anais/2019/Sesses-Ordinarias/Sessao1.Mesas1_10/Mesa4/042.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

B3. **Ibovespa B3**. B3, [s. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-amplos/ibovespa.htm. Acesso em: 30 jan. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Consulta de valores de séries temporais**. SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais. Brasília, [s. d.]. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=consultarSeries&series=13522>. Acesso em: 13 jan. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Controle da inflação**. Brasília, [s. d.]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Copom**. Brasília, [s. d.]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/copom>. Acesso em: 15 fev. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxa Selic**. Brasília, [s. d.]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic>. Acesso em: 13 fev. 2025.

BARBOSA, Nelson; SOUZA, José Antônio Pereira de. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. [s. l.], 2010. Disponível em: <https://nodocuments.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/03/barbosa-nelson-souza-jose-antonio-pereira-de-a-inflexao-do-governo-lula-politica-economica-crescimento-e-distribuicao-de-renda.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2025.

BLACK, Clarissa. **O boom de preços de commodities e a economia brasileira nos anos 2000**. 2015. 165 fls. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/132980>. Acesso em: 22 fev. 2025.

BRASIL. **História do Mercado de Capitais**. Portal do Investidor, [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/investidor/pt-br/investir/como-investir/conheca-o-mercado-de-capitais/historia-do-mercado-de-capitais>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Medida Provisória n.º 132, de 20 de outubro de 2003.** Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União, em 21 de outubro de 2003. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2003/medidaprovisoria-132-20-outubro-2003-497302-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 fev. 2025.

BRASIL. **Medida Provisória n.º 213, de 10 de setembro de 2004.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 10 set. 2004. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2004/medidaprovisoria-213-10-setembro-2004-534036-publicacaooriginal-18075-pe.html>. Acesso em: 25 fev. 2025.

CABRAL, Roberta. **Tripé macroeconômico e nova matriz econômica:** o contraste das políticas econômicas e ideologias adotadas nos últimos governos. 2015. 66 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/11826/1/2015_RobertaPesceFontelesCabral.pdf. Acesso em: 02 fev. 2025.

CAMPELLO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. *In:* CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: Ipea, 2013.

CORGOZINHO, Rogério Cesar; CRUZ, Aline Cristina da; TORRES, Daniela Almeida Raposo. O programa Bolsa Família como instrumento de crescimento pró-pobre no governo Lula. **Economia e Desenvolvimento**, Recife, v. 12, n. 1, p. 126-160, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/economia/article/view/17860>. Acesso em: 06 fev. 2025.

COSTANZI, Rogério Nagamine. **Evolução do Salário Mínimo Real no Brasil Entre 2002 e 2022.** Temas de Economia Aplicada, [s. l.], 2023.

CURADO, Marcelo. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula. **Economia & Tecnologia**, [s. l.], Ano 07, v. Esp., p. 91-103, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26881/17837>. Acesso em: 18 fev. 2025.

DE PAIVA ABREU, Marcelo. **A ordem do progresso:** dois séculos de política econômica no Brasil. São Paulo: GEN, 2014.

FERREIRA, Pedro Américo de Almeida. **Efeitos do copagamento de medicamentos sobre saúde no Brasil: evidências do programa Aqui Tem Farmácia Popular.** 2017. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do Governo Lula.** São Paulo: Contraponto, 2007. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal26/20lula.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2025.

GERALDO, Lívia. **Uma abordagem macroeconômica do governo Lula 2003 a 2010.** 2019. 43 fls. Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais, 2019. Disponível em:

https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/2430/1/MONOGRAFIA_UmaAbordagemMacroeconomica.pdf. Acesso em 15 fev. 2025.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JUNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

IPEADATA. **Taxa de câmbio comercial para compra: real (R\$) / dólar americano (US\$) – média**. IPEADATA, [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38590&module=M>. Acesso em: 19 jan. 2025.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 15-23, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000100003>. Acesso em: 13 fev. 2025.

MERCADANTE, Aloizio. **O Novo Desenvolvimentismo no Brasil: políticas públicas e as transformações socioeconômicas no governo Lula**. 2010. 509 fls. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/794314>. Acesso em: 13 jan. 2025.

MORAIS, Lecio; FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 31, n. 4 (124), p. 507-527, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/w5JpTVKdzjRtbq3rVdC9pfm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2025.

NASSIF, André. As armadilhas do tripé da política macroeconômica brasileira. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 35, n. 3 (140), p. 426-443, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/YCjp9wX6hgTV4NkhnYGrbm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2025.

NERI, Marcelo Cortes. Pobreza e políticas sociais na década da redução da desigualdade. **Nueva Sociedad Especial em Português**, [s. l.], p. 54-74, 2007. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/pobreza-e-politicas-sociais-na-decada-da-reducao-da-desigualdade/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

PASSOS, Luana; GUEDES, Dyeggo. O social economicamente orientado: políticas sociais do governo Lula. **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, v. 13, n. 2, p. 25-36, 2015.

PINTO, Renato César Martins. **Impactos da Política Econômica no Combate à Pobreza no Governo Lula (2003-2010)**. 2012. 53 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) — Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

PRATES, Daniela Magalhães. **O regime de câmbio flutuante no Brasil: 1999 - 2012: especificidades e dilemas**. Brasília: IPEA, 2015.

REZENDE, Ricardo Pazzotti. **Uma análise das políticas macroeconômicas do governo FHC, governo LULA**. 2009. 67 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em

Economia) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio-Econômico. Florianópolis, 2009. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/123652?show=full>. Acesso em: 17 fev. 2025.

SERAFIM, Milena; DAGNINO, Renato. A política científica e tecnológica e as demandas da inclusão social no governo Lula (2003-2006). **O&S**, Salvador, v. 18, n. 58, p. 403-427, 2011. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/osoc/a/nbP7FQSGMWFSkKFxK6scPwQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 fev. 2025.

SILVA, José. A política monetária nos governos Lula e Dilma. **Revista de Economia da UEG**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 8–29, 2017. Disponível em:
[//www.revista.ueg.br/index.php/economia/article/view/6068](http://www.revista.ueg.br/index.php/economia/article/view/6068). Acesso em: 13 fev. 2025.

TCU. **Política Fiscal**. Brasília, 2018; Disponível em: <https://sites.tcu.gov.br/contas-do-governo-2018/politica-fiscal.html#:~:text=A%20pol%C3%ADtica%20fiscal%20tem%20como,trajet%C3%B3ria%20sustent%C3%A1vel%20da%20d%C3%ADvida%20p%C3%ABblica>. Acesso em: 16 jan. 2025.

VIEIRA, Sheila. **Análise da política econômica do governo Lula**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, 2011. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121100>. Acesso em: 13 fev. 2025.